UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
ESCOLA DE COMUNICAÇÕES E ARTES

NAYARA COSTA NOGUEIRA

**“*Contar com nosotros*”: uma análise sobre a participação cívica dos migrantes
da comunidade boliviana na cidade de São Paulo**

SÃO PAULO
2019

NAYARA COSTA NOGUEIRA

“*Contar com nosotros*”: uma reflexão sobre o perfil de participação cívica do migrante da comunidade boliviana na cidade de São Paulo

Dissertação apresentada à Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em Ciências da Comunicação.

Área de Concentração: Interfaces Sociais da Comunicação.

Linha de Pesquisa: Políticas e Estratégias de Comunicação.

Orientação: Profa. Dra. Heloiza Helena Matos e Nobre.

**SÃO PAULO
2019**

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo
Dados inseridos pelo(a) autor(a)

Nogueira, Nayara Costa

"Contar com nosotros": uma análise sobre a participação cívica dos migrantes da comunidade boliviana na cidade de São Paulo / Nayara Costa Nogueira ; orientadora, Heloiza Helena Matos e Nobre. -- São Paulo, 2019.
84 p.

Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação - Escola de Comunicações e Artes / Universidade de São Paulo.

Bibliografia

Versão corrigida

1. capital social 2. migração 3. imigração 4. comunicação 5. bolivianos I. Matos e Nobre, Heloiza Helena II. Título.

CDD 21.ed. - 302.2

Elaborado por Sarah Lorenzon Ferreira - CRB-8/6888

NOGUEIRA, N. C. **Contar com nosotros: uma reflexão sobre o perfil de participação cívica da comunidade boliviana na cidade de São Paulo.** Dissertação apresentada à Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em Ciências da Comunicação.

Aprovado em: ____/____/2019.

Banca Examinadora

Prof. Dr.: _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr.: _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr.: _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Às mulheres da minha vida:
Arlete e Nathália.

AGRADECIMENTOS

À Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo e ao Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação, pela oportunidade de desenvolvimento e aprendizado ao longo destes dois anos.

À minha orientadora, Prof^a. Dr^a. Heloiza Helena Matos e Nobre, pela gentil, entusiasta e generosa orientação.

À Prof^a. Dr^a. Maria Aparecida Ferrari, pelas preciosas sugestões que contribuíram de forma sobremaneira para o desenvolvimento e conclusão deste trabalho.

Ao ProMigra, especialmente nas pessoas da Ju, Mari, Lu, Fer, Mona, Lana, Zeni, Caio, Vitinho e Delvs. Seguimos buscando as brechas e a esperança do mundo.

À Taia, mãe, pai, Lu, Momô, Ber e Tor, âncoras no mundo flutuante.

À Tutu, Mãozinha, Jéssika, Ota, Gil, Flá, Ana Jeli e Kaká (mesmo longe).

À minha parceira acadêmica, Chel Buzzoni, pelas trocas, companheirismo, inspiração e compartilhar da temática.

Aos colegas do Grupo de Pesquisa em Comunicação Política e Pública da ECA-USP (Compol), pelos debates, dentro e fora de classe. Em especial à Devani Salomão, que contribuiu ricamente para este trabalho em minha banca de qualificação, e à Tari Brocardo, pelas valiosas dicas e permanente incentivo.

Às minhas professoras e colegas da graduação da Pontifícia Universidade Católica de Campinas, pela base e por se alegrarem comigo a cada passo.

Aos entrevistados aqui presentes nestas linhas e à toda comunidade boliviana. Migrar é direito.

O direito à liberdade de ir e vir é apenas um fenômeno da superfície social, da mesma forma que tantos outros direitos, como, por exemplo, o de não ser torturado. Em lugar de exigí-los, trata-se antes de construir uma sociedade mundial que não impeça o deslocamento livre e autodeterminado e não produza a tortura. Em vez de se precisar garantir comida, pela lei, deveria ser impossível passar fome; em vez do direito à renda, deveríamos nos emancipar do dinheiro; em vez do direito ao trabalho, deveríamos nos libertar do trabalho. Por que a satisfação de necessidades implica formas jurídicas, por que se precisa de mediações e por que elas não podem ser realizadas diretamente? Assim, o direito humano não seria mais um direito, mas apenas uma obviedade.

Dieter Heidermann

RESUMO

NOGUEIRA, N. C. **Contar com nosotros: uma reflexão sobre o perfil de participação cívica da comunidade boliviana na cidade de São Paulo**. 2019. 84 fls. Dissertação (Mestrado) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

O presente trabalho objetiva refletir sobre o perfil de participação cívica da comunidade boliviana na cidade de São Paulo na perspectiva de seus líderes, de modo a aferir suas de plena inclusão na sociedade. Dada que a condição migrante é pautada por diversas contradições que impedem sua plena inclusão social nos países, uma vez que sua figura não é prevista e nem requerida no novo corpo social de destino, interessa-nos avaliar seus moldes de associativismo civil como forma primeira de reconhecimento e de legitimação de pertença e direitos. Assim, o perfil de participação cívica da figura do migrante é investigada principalmente sob a ótica das teorias de capital social como parâmetro de associativismo civil, tendo como pano de fundo a teoria badioudiana de inclusão e pertença. O método de estudo realizado é caracterizado por ser de tipo exploratório, de abordagem qualitativa, com coleta de dados primários, realizada por meio de entrevistas com amostra não-probabilística e com análise de conteúdo categorial. Foram entrevistados três líderes da comunidade boliviana, um líder do poder público e um líder de organização civil de acolhida ao migrante, presencialmente e por telefone. Como resultados principais, aferiu-se as contradições presentes nas teorias de Sayad, sobre a condição social do migrante, no tocante as problemáticas relativas a trabalho e à neutralidade política, principalmente no tocante a desmobilização pelo não direito ao voto. Por meio das articulações em grupo, que dão força e fazem ecoar mais distante vozes que, sozinhas, não teriam força social, aferiu-se que a comunidade migrante boliviana participa ativamente do cenário político da cidade de São Paulo apesar de enfrentar diversos desafios para uma participação cívica de fato na cidade, como o contexto político atual, que atua como silenciador de vozes e com a retirada de espaços; as questões estruturais sobre a formalização de meios de comunicação aderentes à comunidade e o estereótipo sobre o sujeito migrante que busca deslegitima-lo na arena cívica social.

Palavras-chave: capital social; migração; imigração; comunicação pública; participação política.

ABSTRACT

NOGUEIRA, N. C. **Contar com nosotros: a reflection on the profile of civic participation of the Bolivian community in the city of São Paulo.** 2019, 84fl. Dissertation (Master) - School of Communications and Arts, University of São Paulo, São Paulo, 2019.

This paper aims to reflect on the profile of civic participation of the Bolivian community in the city of São Paulo from the perspective of its leaders, in order to gauge their full inclusion in society. Given that the migrant condition is marked by several contradictions that hinder their full social inclusion in the countries, since their figure is neither foreseen nor required in the new social body of destination, we are interested in evaluating their model of civil associations as the first form of recognition and legitimation of belonging and rights. Thus, the civic participation profile of the migrant figure is investigated mainly from the perspective of social capital theories as a parameter of civil associativism, against the background of the Badioudian theory of inclusion and belonging. The study method is characterized by being exploratory, qualitative approach, with primary data collection, conducted through interviews with non-probabilistic sample and categorical content analysis. Three leaders from the Bolivian community were interviewed, one from the government and one from a civil organization welcoming the migrant in person and by telephone. As main results, the contradictions present in Sayad's theories about the social condition of the migrant were verified, regarding the problems related to work and political neutrality, especially regarding the demobilization for the non-voting rights. Through group articulations, which give strength and echo more distant voices that alone would not have social strength, it was found that the Bolivian migrant community actively participates in the political scenario of the city of São Paulo despite facing several challenges for a de facto civic participation in the city, such as the current political context, which acts as a voice silencer and with the removal of spaces; the structural questions about the formalization of community-adhering media and the stereotype about the migrant subject who seeks to delegitimize him / her in the social civic arena.

Keywords: social capital; migration; immigration; political participation.

LISTA DE QUADROS

QUADRO 01 – Mapa de Análise	p.53
QUADRO 02 – Perfil de lideranças selecionadas.....	p.55
QUADRO 03 – Exemplos de códigos da Categoria Participação cívica.....	p.58
QUADRO 04 – Exemplos de códigos da Categoria Novo Contexto Migratório	p.58
QUADRO 05 – Exemplos de códigos da Categoria Condição Migrante e Atuação Cívica	p.59
QUADRO 06 – Exemplos de códigos da Categoria Capital Social e Participação Cívica de Migrantes.....	p.60
QUADRO 07 – Exemplos de códigos da Categoria Características da Comunicação.....	p.61
QUADRO 08 – Exemplos de códigos da Categoria Perspectivas	p.62

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 01 – Pertencimento e inclusão em Badiou, 1988 (<i>apud</i> Agamben, 2007)	
.....	p.19
FIGURA 02 – A contradição da existência migrante no Sistema Internacional	p.28
FIGURA 03 – Imigrantes internacionais registrados no Sistema Nacional de Cadastros e Registros de Estrangeiros (SINCRe), entre 2000-2016 residentes no Estado de São Paulo, por país de nascimento	p.30
FIGURA 4 – A boliviana Francy Apaza em oficina de costura no bairro do Bom Retiro, em São Paulo.....	p.33
FIGURA 5 – Rua Coimbra, Patrimônio boliviano em São Paulo desde 2014.....	p.34
FIGURA 6 – Feira da Kantuta, tradicional feira da comunidade boliviana no bairro do Pari, São Paulo.....	p.35
FIGURA 7 – Flor do altiplano Kantuta, flor que dá nome à tradicional praça	p.35
FIGURA 8 – Pertencimento, inclusão e o componente comunicativo como transição e superação.....	p.49

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	p.14
1. MIGRAÇÃO: UM CONCEITO INACABADO.....	p.15
1.1. O que é ser migrante?	p.23
1.2. Migração na atualidade: panoramas e perspectivas.....	p.29
1.3. Migração boliviana e bolivianos em São Paulo.....	p.31
2. POLÍTICAS PÚBLICAS E MIGRAÇÃO.....	p.36
3. CAPITAL SOCIAL.....	p.42
4. PESQUISA: PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS, RESULTADOS E INTERPRETAÇÃO.....	p.50
4.1. Metodologia de pesquisa.....	p.52
4.2. Entrevistados.....	p.55
4.3. Categorias e códigos de análise.....	p.56
4.4. Apresentação e interpretação dos principais resultados por categoria de análise.....	p.63
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	p.79

Introdução

Contemporaneamente, a intensidade dos fluxos migratórios observados no mundo já ultrapassa os números vividos na análise, por alguns autores, de “época da grande migração”, versados em decorrência da Revolução Industrial do final do século 19 (SOARES *et al.*, 2015). O novo contexto social levou milhões de trabalhadores do campo a migrarem para as cidades em busca de trabalho, o que foi configurado como um grande êxodo rural. Frente à explosão industrial que urgia vorazmente por mão de obra, enquanto esvaziava o campo também pelo viés da propriedade privada corporativista, as fronteiras dos países foram cada vez mais facilitadas ou, até mesmo, eliminadas. Podemos observar tal fenômeno tomando a exemplo a França que, desde 1861, eliminara completamente os vistos (WIMMER & GLICK SCHILLER, 2002, *in* SICILIANO, 2012), e do Brasil, que instituiu políticas de portas abertas em face ao fim da escravidão em 1888, ambos, como meio de atrair mão de obra barata (SOARES *et al.*, 2015). Com a bolha econômica resultante da Primeira Guerra, que culminou na grande crise de 29, vemos um tensionar proporcionalmente contrário. O desemprego, a fome, a quebra política e econômica e a desconfiança vividas nas grandes instituições que até então eram os responsáveis pela toada do desenvolvimento – notadamente os estados, as empresas e as instituições bancárias – levaram a um cenário bem diverso, pautado pelo crescimento das políticas restritivas, pelo fechamento das fronteiras e pelo crescimento dos discursos de defesa nacional (SICILIANO, 2012). Os regimes conservadores se estabeleceram e, com eles, todo um escopo jurídico e intelectual de legitimação que se perpetua no imaginário dos nacionais frente aos que são “de fora”.

Quando olhamos a história e os dias atuais, não conseguimos fugir de comparações: a crise econômica, a desconfiança, a instabilidade, o medo, a insegurança social, o fechamento de fronteiras, as políticas restritivas e o esvaziamento de direitos junto a uma crescente onda de extremo conservadorismo político a nível mundial¹. Não é à toa que estamos onde estamos: o pêndulo da história oscila cada vez mais para longe do equilíbrio social, chamado por Aristóteles de “justo meio”, onde a felicidade e a plenitude do homem depende da felicidade e da plenitude

¹ A exemplo do Brexit na Inglaterra, Fidesz na Hungria, Kaczynski na Polônia, a vitória de Trump nas eleições estadunidenses (estes três últimos, vencedores do pleito presidencial com um forte e agressivo discurso xenofóbico e nacionalista) e, mais recentemente, a eleição de Jair Bolsonaro no Brasil.

da *pólis*. Ou seja, a felicidade – e suas prerrogativas básicas da vida social tais como saúde, educação, trabalho, lazer e segurança – é conquistada quando estou inserido num contexto social propiciador e mantenedor destas mesmas prerrogativas. Com – novamente – a falência do estado e o descrédito nas organizações tradicionais o individualismo toma corpo na luta do “cada um por si”, num crescente de medo, paranoia e pessimismo (BAUMAN, 2009, p.80). E, se aos pares furtamos à empatia, quem dirá ao *estrangeiro*?

Assim, esta pesquisa tem a intenção de auxiliar no avanço dos estudos migratórios, tendo como lugar de fala o discurso da comunicação pública no que tange a participação dos migrantes latino-americanos, mais especificamente, os bolivianos, na concretização e promoção dos seus direitos. Sendo a migração contemporânea um movimento de crescente complexidade, diversidade e dinamismo (WENDEN, 2016; MASSEY, 2005; BAENINGER *et al*, 2018); a justificativa deste estudo reside na relevância da análise a que se propõe: uma visão crítica e apurada sobre o processo de participação da comunidade boliviana – notadamente a maior população migrante da cidade de São Paulo (BAENINGER *et al*, 2018) – nas ações e políticas públicas promovidas pelo poder público e frente às inúmeras problemáticas sociais já inseridas neste cenário, a exemplo, sua notória exploração laboral. A reflexão a ser desenvolvida ao longo deste projeto será tão mais valiosa quanto puder oferecer uma perspectiva atual da participação cívica da comunidade boliviana frente à crescente complexidade da migração contemporânea e as novas dinâmicas estabelecidas na cidade, palco das lutas cotidianas pela visibilidade e pela garantia dos direitos. Os dados obtidos poderão contribuir para o aperfeiçoamento dos processos, grupos organizados e profissionais que visam estabelecer práticas e posturas efetivamente cidadãs do olhar sobre o migrante, mais especificamente, sobre o migrante boliviano e latino-americano.

1. Migração: um conceito inacabado

Falar sobre migração já é lugar comum nos dias atuais. Do terremoto que atingiu o Haiti em 2010, da intensa, e ainda contínua, guerra na Síria e cujo estopim deu-se em 2011, aos recentes conflitos políticos na Venezuela intensificados em 2018

e 2019², nos vemos bombardeados por conteúdos noticiosos sobre o tema da mobilidade humana e seus sujeitos. Porém, antes de pensar em seus entraves conceituais, cabe-nos uma breve consideração sobre as próprias reflexões em torno do que nos propomos enquanto “conceito”. Nicola Abbagnano (2003), em seu *Dicionário de Filosofia*, tangibiliza a palavra “conceito” por meio da ideia de generalidade e universalidade de “todo processo que torne possível a descrição, a classificação e a previsão dos objetos cognoscíveis” (ABBAGNANO, 2003, p.164). Ou seja, um “conceito”, assim, seria nada menos do que palavras carregadas de sentido e que servem, portanto, para generalizarmos os mais plurais fenômenos do mundo da vida de modo a comunicar determinado signo linguístico. Assim, tendo firmada na *comunicação* a raiz de sua validade e legitimação, um conceito nunca dará conta de explicar um fenômeno – concreto, abstrato, dinâmico, natural, humano – em sua totalidade. Assim, optar por um conceito, também é optar por um caminho, não só teórico e metodológico, mas também político e ideológico. Quando falamos sobre migração, esta problemática conceitual coloca-se ainda mais expressa, pois, como capturar conceitualmente um fenômeno que encerra em si próprio o movimento?

Posto isso, iniciamos este capítulo por inferir o mais óbvio ao leitor: migrar implica movimento. Porém, este não se dá à revelia de suas condições espaciais, pois, invariavelmente, o ato de migrar articula dois princípios fundamentais: a origem e o destino de quem migra. Sendo o mundo uno e íntegro, e a humanidade habitante desta unicidade espacial, criam-se aí contradições no cerne desta complexidade: “noções de pertencimento e de não pertencimento, de inclusão e de exclusão, de iguais e de diferentes, de nós e de outros” (CAPUANO, 2017, p.94).

Decerto jamais simplificado como se quer neste – pois entre a origem e o destino estão, novamente, articuladas as mais diversas problemáticas – este caminho trilhado pelo ator migrante é permeado de historicidade (MASSEY, 2015; SAYAD, 1998; SEYFERTH, 2007). São lugares, espaços, produzidos e reproduzidos pela ação humana e imbuídos, portanto, de construções sociais, políticas, econômicas e culturais que norteiam o sentimento de pertença das sociedades. “Ao longo da história humana, fomos criando compreensões, percepções, classificações e conceitos de parentesco, grupo, clã, tribo, horda, nação, raça, etnia, etc” (CAPUANO, 2017, p.94).

² Para saber mais sobre os fluxos venezuelanos e seus implicadores, ver: MILESI, R. *et al. Migração Venezuelana ao Brasil: discurso político e xenofobia no contexto atual*. Aedos Revista PPG-História da UFRGS. Porto Alegre, v. 10, n. 22, p. 53-70, Ago. 2018. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/aedos/article/viewFile/83376/49791>>.

Assim, podemos inferir um segundo aspecto sobre o fenômeno migratório, talvez não tão óbvio, mas igualmente fundamental: sendo o migrante nada mais do que um indivíduo, comum, que produz e reproduz a si e o mundo, ele o faz não só em sua condição *ante litem*, enquanto cidadão autóctone, mas, também, cria, produz e reproduz significado pelos espaços em que transita. Logo, podemos afirmar que todo migrante também é o lugar, tanto o que deixa – prelúdio intentado –, quanto o que o acolhe – desfecho inconcluso – neste caminho permeado por incertezas e trocas.

Abdelmalek Sayad (2000, p.19), sociólogo e migrante franco-argelino, vai chamar esta condição dupla do migrante, versada pela dubiedade da vereda, de “homem do entre dois”: “entre-dois-tempos”, “entre-dois-lugares”, “entre-duas-sociedades”, “entre-duas-culturas”. Porém, o que nos interessa desta reflexão primeira de Sayad é refletirmos sobre estes dois pontos concernentes aos arranjos espaciais que se dão entre origem e destino nas migrações, pois, pensar neste espaço duplo implica pensar sobre os arranjos do próprio Estado Nacional enquanto território permeado por lógicas próprias de soberania, fronteiras e vínculos nacionais, versados, principalmente, sob o fundamento da cidadania. Assim, Sayad vai afirmar que “pensar a migração internacional é pensar o Estado” (SAYAD, 2000, p. 20), sendo que, a própria reflexão sobre este sujeito migrante ambíguo – em todas suas esferas, particulares e sociais – evidencia a ambiguidade, os limites e as contradições, da chamada “lógica da imobilidade” imposta pelos Estados Nacionais em se tratando de fluxos populacionais (e suas medidas de controle). Capuano (2017) também segue nesta linha ao afirmar que “o Estado-nação determinará, por excelência, os vínculos de pertencimento no sistema internacional que a modernidade é capaz de ordenar” (p.95). André Siciliano (2012) vai ainda mais longe nesta ambiguidade ao afirmar que “a verdade é que o mundo segue ordenado em Estados-nações, soberanos em seus territórios e reciprocamente excludentes” (p.117). No estudo, o autor busca evidenciar, não só as incongruências entre a mobilidade, naturalmente humana, e a soberania dos Estados, como, também, o próprio conceito e construção de Estado-nação como algo a ser superado em prol da formação de uma governança global pautada por uma (real) universalização dos direitos humanos³.

³ A maior destas incongruências é patente na expressão máxima do documento que busca resguardar nossos direitos fundamentais: a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) que reconhece a possibilidade de *saída* (emigração), mas não a *entrada* de pessoas em outros países (DUDH, Artigo 13.1).

Este complexo e dialético cenário de construção histórica onde se dá a naturalização dos conceitos de nação, Estado e sociedade como estruturalizantes do nosso pensamento social é chamado por Wimmer & Glick (2002, *apud* SICILIANO, 2012) de “nacionalismo metodológico” no qual o migrante é “percebido e recebido ora como invasor, ora como promotor do desenvolvimento, *de acordo com o interesse dos Estados em cada momento* (SICILIANO, 2012, p.117, *grifo nosso*). Logo, naturalizar o conceito de Estado-nação é naturalizar também as violências decorrentes deste pressuposto. Tal visão dialoga sobre as próprias reflexões de Sayad (1988, 2000) no tocante ao que o autor chama de “pensamento de Estado”, no qual o migrante é visto não só como uma simples moeda de troca utilitarista e objetificada das intencionalidades econômicas, mas, uma patente “anomalia”, subversiva à razão nacional e, subsequentemente, à ordem social. É desta perspectiva de racionalidade nacional que vai nascer toda uma tentativa de construção normativa, apolítica e social, na tentativa de *capturar* o sujeito migrante no sentido de compreendê-lo e enquadrá-lo dentro das normativas nacionais. Assim, ganham protagonismo as ações voltadas a conter e a reger os fluxos destes sujeitos migrantes anômalos, podendo sê-las tanto barreiras físicas (PÓVOA NETO, 2010), quanto mecanismos mais sutis, ordenados principalmente pelo aparato jurídico e sempre tendo como meta, em especial, a migração “regular” e “ordenada” (DOMENECH, 2007; 2015). É desta tentativa de ordenação de regularização do que deve ou não ser pertencido e incluído no espaço físico e cultural do Estado-nação, e que atua nos âmbitos da legitimidade e do direito, que vai nascer as disparidades jurídicas das exceções. Pois, como abarcar e parametrizar juridicamente todas as complexas motivações do ato de migrar?

Giordio Agamben (2007) vai discutir justamente estas noções de pertencimento, de inclusão e de exceção a partir das ideias do francês Alain Badiou (1988), que busca uma distinção entre os termos.

O autor relaciona pertencimento à *apresentação* e inclusão à *representação*:

Dir-se-á, assim, que um termo *pertence* a uma situação se ele é *apresentado e contado como unidade nesta situação* (em termos políticos, os indivíduos singulares enquanto pertencem a uma sociedade). Dir-se-á, por sua vez, que um termo está incluído em uma situação, se é *representado na metaestrutura (o Estado)* em que a estrutura da situação é por sua vez contada como unidade (os indivíduos, enquanto recodificados pelo Estado *em classes*, por exemplo, como ‘eleitores’) (Badiou, 1988, p.95-115, *apud* Agamben, 2007, p. 31). (VER FIGURA 1)

FIGURA 1 – Pertencimento e inclusão em Badiou, 1988 (*apud* Agamben, 2007)

Badiou afirma, assim, que a unidade (indivíduo) não é, e não poderá ser, se não há uma *conta* que o *soma* em comparativo com suas demais unidades pares na estrutura e, a falta desta ligação (soma), vai resultar em uma angústia situacional provocada por este *vácuo*.

Para impedir la presentación del vacío es necesario que la estructura esté estructurada, que el ‘hay uno’ valga para la cuenta-por-uno. La consistencia de la presentación exige que toda estructura sea duplicada por una metaestructura que la cierre a toda fijación del vacío (Badiou, 2003, p.112).

Ou seja, enquanto a estrutura garante a pertença e a apresentação dos múltiplos, a metaestrutura do Estado é quem assegura a inclusão e a representação.

Assim, Badiou vai definir como “normal” um termo que está, ao mesmo tempo, apresentado e representado (pertence e está incluído), como “excrecência” um termo que está representado, mas não apresentado (incluído em uma situação sem pertencer a ela) e como “singular” um termo que está apresentado, mas não representado (que pertence, sem estar incluído).

No caso da migração e dos migrantes, faz-se notório o estado singular enquanto regra maior, pois há a pertença (física, simbólica, dúbia), porém, sem a inclusão (legítima, cidadã, política). Ou seja, ao migrante está fadada à vivência no limbo (e no vácuo de Badiou) de se fazer presente como um corpo que ocupa o espaço territorial do Estado-nação, mas jamais se tornando incluído.

Porém, não há possibilidade de pertença e inclusão sem o pressuposto do reconhecimento, pois, como seria possível “contar” com algo que não se conhece, enquanto cognição de existência (pertencer) e legitimação de fala (incluir)?

Estando por sua vez, o reconhecimento intimamente ligado às noções de estima social e de autorrealização – em atributos que são desde o respeito, a autoconfiança e a autoestima (HONNETH, 2003) – quando estes são negados aos indivíduos que migram sob aspectos culturais (subjettivos e simbólicos da estranheza) e concretos (nas cristalizações legais e burocráticas desta negativa), esta relação entre pertencimento e inclusão será fadada, sempre, por um descompasso crucial em que a inclusão excederá sempre o pertencimento. Assim, o ato de migrar, com suas agruras e redes de solidariedade, poderia ser considerado (assim como Honneth ao analisar as guerras), como

um acontecimento coletivo capaz de fundar relações espontâneas de interesse solidário para além dos limites sociais (...) Na experiência partilhada de grandes fardos e privações, origina-se uma nova estrutura de valores que permite aos sujeitos estimarem-se mutuamente por realizações e capacidades que antes não tinham importância social (Honneth, 2003, p. 209-210).

E, daí, das privações e dos paradoxos surgem os inúmeros paradoxos expressados sob a forma de exceção, configurada sob a resultante de pertencimento sem inclusão (BADIOU, 1988, p.95-115, *apud* AGAMBEN, 2007, p. 31). Assim, como preconiza o próprio Agamben sobre esta inevitável disparidade entre pertença e inclusão, “aquilo que não pode ser em nenhum caso incluído vem a ser incluído na forma da exceção” (*idem*, p.32).

Ao construirmos, até aqui, este breve caminho conceitual de chaves que buscam lançar luz – se não à complexidade, mas à essência da complexidade – própria das migrações, chegamos então a alguns aspectos gerais, principais e norteadores deste fenômeno a nível global: a) os países são circunscritos sob a ótica da imobilidade; b) migrar implica ao movimento; c) o movimento envolve, no mínimo, dois países articulados, principalmente, entre origem e destino; d) a origem e o destino devem ser percebidos como lugares imbuídos de lógicas próprias (cultura); e) as lógicas próprias (cultura) são regidas pela lógica da racionalidade nacional – “nacionalismo metodológico” (WIMMER & GLICK, 2002, *apud* SICILIANO, 2012); f) a racionalidade nacional implica em mecanismos de controle; g) os mecanismos de controle evidenciam a contradição entre a racionalidade nacional e a condição dupla do migrante: “homem entre-dois” (SAYAD, 2000).

Diante do exposto, principalmente no tocante à lógica da imobilidade dos Estados Nacionais que confere um grau de “anomalia” ao sujeito migrante, chegamos ao questionamento que nos dá o gancho para uma primeira aproximação conceitual de migrante e de migração neste trabalho: afinal de contas, o que impulsiona a migração tendo em vista todo aparato discursivo e normativo para o não deslocamento no plano *internacional*?

Para as Teorias Clássicas das migrações é na abordagem econômica que se dá o viés de explicação do fenômeno da mobilidade. Georg Ravenstein, geógrafo inglês nascido em 1834, foi o primeiro a desenvolver um estudo sistemático sobre uma possível teoria das migrações, datado de 1885. Nele, o autor formulou diversas “leis” a respeito do comportamento dos fluxos migratórios observados no contexto inglês, fortemente industrializado, do final do século XIX. Sua máxima “a chamada para o trabalho em nossos centros industriais e no comércio é a primeira causa daquelas correntes migratórias” (RAVENSTEIN, 1980, p.198) elucida o que são tradicionalmente chamadas de “migrações econômicas” e que permeiam, ainda hoje, os imaginários nacionais e coletivos do perfil migrante como “homem, jovem e só” (LUSSI, 2015, p.77). Com a patente heterogeneidade dos fluxos migratórios observados com o passar do tempo, caiu-se por terra tal estereótipo. Não são somente homens, jovens e sós que migram, mas, mulheres, crianças e famílias inteiras que também se deslocam. Ainda, Joaquín Arango (1985), sociólogo e cientista político espanhol, em amplo artigo que discute o pioneiro estudo de Ravenstein em face da comemoração dos cem anos da publicação de suas leis, vai justamente lamentar a

concentração de estudos versados sobre migração no campo da economia afirmando que a estrita visão de *homo economicus* sobre a figura do migrante não faz jus à – complexa – realidade empírica enfrentada. Para cada “mão-de-obra”, também há uma cabeça e um coração repletos de anseios, sonhos e perspectivas, não tão fáceis de metrificar.

“Nós queríamos trabalhadores, recebemos pessoas”, instiga a máxima do sociólogo suíço Max Frisch (*apud* LUSI, 2015, p.77).

Sendo o trabalho constituinte da vida das sociedades modernas construídas sobre o pilar do capital, é natural que o aspecto econômico se torne mais do que relevante na explicação dos fenômenos migratórios humanos. Porém, podemos elencar alguns questionamentos acerca desta perspectiva, tais como: se a pobreza é a principal causa da migração humana na busca de condições melhores de vida, porque então não é todo pobre que migra ou, ainda, porque toda uma população de uma região não se dispõe, simplesmente, a migrar para outro país?

Se para além das condicionantes econômicas são inúmeros os motivos do deslocamento, cabe-nos então, versar sobre algumas destas razões que jamais devem ser observadas de modo individual levando em conta o dinamismo do fenômeno e das intencionalidades.

A primeira delas, que podemos aqui elencar como principais ao nosso objeto, seriam as lógicas de relações históricas (BAENINGER, 2012) – a exemplo das ex-colônias como França e Argélia, Inglaterra e Índia, Moçambique e Portugal e outros – que têm facilitadas, entre outros aspectos, questões quanto ao idioma (um dos principais desafios de quem migra).

A segunda, seriam os mecanismos jurídicos de controle por parte dos Estados Nacionais, comumente conhecidos como políticas migratórias (PÓVOA NETO, 2010), ora propiciando fronteiras mais abertas, ora, mais restritivas. Neste aspecto, temos na migração haitiana para o Brasil, tensificada fortemente após o terremoto ocorrido em 2010, um grande exemplo de como as políticas migratórias condicionam a mobilidade, pois, ao se depararem com uma forte lógica de fronteira na Guiana Francesa (país primeiro de destino), os migrantes provindos do Haiti acabaram por permanecer no Brasil, principalmente em face das aberturas legais obtidas por meio da pressão popular e que resultou no chamado “visto humanitário” – uma nova modalidade jurídico-legal idealizada pelo Itamaraty em 2012 unicamente para este contexto da migração haitiana para o Brasil e escancarando, pela primeira vez, a necessidade de

revisão das políticas brasileiras no tocante à mobilidade. Pode-se afirmar aqui, que, tal mecanismo jurídico (visto humanitário) pautado de maneira urgente frente a ineficiência legal em tratar da demanda humana em questão (os haitianos migrando na fuga da miséria causada pelo evento climático), é um bom exemplificador de exceção contida no termo “singular” de Badiou, assim como o termo “refúgio” a que trataremos mais a frente, e causada pela outorga da pertença sem que haja inclusão.

Ainda, uma terceira lógica de motivação para o ato de migrar são as chamadas “redes sociais migratórias”, presente no estudo de vários autores (BAENINGER, 2012). Tais redes, como o próprio nome sugere, vão se configurar por migrantes já estabelecidos no lugar de destino que, ao firmar vínculos, iniciam por “trazer” ao novo local, parentes, amigos e conhecidos, sendo portador de informações seguras e fonte facilitadora do transito. Contestando a lógica econômica como único prisma de visão dos deslocamentos, constata-se ao longo dos anos que, as redes sociais migratórias firmadas e estruturadas ao longo do tempo, permanecem ativas e dinâmicas mesmo em períodos de tensionamento econômico do país de destino. A migração boliviana – com sua rede estabelecida há mais de trinta anos entre Bolívia-Brasil – é um exemplo patente desta lógica e evoca à conceituação de Capital Social que debateremos mais à frente.

Postos alguns argumentos *exteriores* às migrações enquanto fenômeno histórico, político e social, cabe-nos também refletir sobre a pergunta: afinal, o que é ser migrante?

1.1 O que é ser migrante?

Em face da problemática conceitual presente nas terminologias das migrações devido à sua complexidade, muitas são as formas que o termo para designar indivíduo que se desloca se apresenta no campo acadêmico e na sociedade civil. “Migrante”, “imigrante”, “emigrante”, “refugiado”, cada qual, assim como encerra nossa própria construção lexical imaginada, traz consigo um peso simbólico e ideológico de adoção. Jamais consensual, apresentamos, a seguir, uma breve síntese para lançar luz à desambiguação das terminologias.

Segundo definição do Instituto Migrações e Direitos Humanos (IMDH) a – entidade social sem fins lucrativos cuja missão é promover o reconhecimento da cidadania plena de migrantes e refugiados –, o termo “migração” refere-se ao “movimento de pessoas, grupos ou povos de um lugar para outro [...], migrante é, pois,

toda a pessoa que se transfere de seu lugar habitual, de sua residência comum para outro lugar, região ou país.” Já “imigração” pode-se considerar como “movimento de pessoas ou de grupos humanos, provenientes de outras áreas, que *entram* em determinado país, com o intuito de permanecer definitivamente ou por período de tempo relativamente longo.” E, “emigração”, então, seria o “movimento de *saída* de pessoas ou grupos humanos de uma região ou de um país, para estabelecer-se em outro, em caráter definitivo ou por período de tempo relativamente longo.” (IMDH, 2018, *grifo nosso*). Logo, há uma subjetividade que se assenta na perspectiva de quem observa: considero que o emigrante é aquele que, pertencendo ao meu lugar, sai de onde estou para longe; imigrante é aquele que, estranho ao meu lugar, entra onde estou, vindo de longe.

Ainda, nesta amálgama conceitual, temos também o conceito de “refúgio”. Sempre presente no imaginário social sobre o ator que migra e amplamente utilizado como sinônimo deste sujeito migrante, a categoria do refúgio, tal qual entendemos hoje, é fruto da Convenção de 1951 do então recém criado Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), resultante do contexto pós Segunda Guerra. Neste contexto histórico, e na busca por uma isonomia aos deslocados pelo conflito devido as atrocidades de guerra cometidas então, o conceito de refúgio surgiu como um instrumento jurídico na tentativa de proteger os errantes da Segunda Guerra. Assim, caberia no termo todo aquele que “se encontra fora do país de sua nacionalidade [...] temendo ser perseguido em virtude de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas” (Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados, 1951). Não obstante de nosso propósito aqui não ser nos aprofundarmos no termo, cabe-nos a reflexão do quanto estas categorias jurídicas abarcam toda a complexidade humana envolta nos porquês de migrar. Ainda, uma vez que nas sociedades humanas ocidentais, pautadas pela lógica econômica do capital cada vez mais excludentes, o temor pela morte resvala às questões conflituais, fica a pergunta: vale-nos somente os temores diretos, das armas, do belicismo, ou também consideramos como temor as barbáries estruturais que lançam os indivíduos às vulnerabilidades sociais?

O mundo todo os quer, trabalhadores qualificados, pessoas sempre bem-vindas, sem restrições de entradas nos países mais cobiçados. Há, por outro lado, aqueles que o mundo despreza, não quer, não estão autorizados a entrar quicá na maioria dos países desenvolvidos e abastados, estão presos às suas localidades, às duas misérias e,

quando se deslocam, o fazem sempre na contramão da irregularidade e da precaridade. É a dicotomia entre turistas e vagabundos de Bauman. (CAPUANO, 2017, p.105)

Zanforlin (2013), em estudo que problematiza a questão do refúgio tendo como prisma as entrevistas realizadas pela Cáritas⁴ e IMDH de Brasília para concessão do visto de refugiado pelo ACNUR⁵, no qual a pesquisadora acompanhou como ouvinte, aponta a necessidade de uma revisão conceitual e, portanto, de aplicação prática desta categoria jurídica, ao levantar indícios de falhas nas subjetividades envolvidas no processo de escolha pela outorga ou não do entrevistador ao entrevistado na concessão do visto, pois, uma vez que, sabendo que a “simples” escolha de migrar por melhores condições de vida não é o suficiente para a legitimação da presença, o que ocorre, no fim, é uma batalha retórica de quem convence mais com mais dramaticidade.

Percebemos que há a necessidade de por em xeque o próprio imaginário em torno da figura do refugiado, em busca, talvez, de sua atualização. Provavelmente, outros elementos passam a ser constituintes das histórias de perseguição e sofrimento, que, além de cicatrizes e traumas, carreguem consigo o desejo de trabalho e prosperidade (ZANFORLIN, 2013, p.138).

Ainda, Zanforlin reforça: “então, como separar o corpo que sofre do que quer trabalho?” (*idem*, p. 144) recorrendo ao conceito de pensamento complexo de Edgar Morin e tratando desta mesma complexidade da mobilidade a qual falamos até aqui.

Assim, ao buscarmos uma definição ampla, libertária e crítica, sobre o conceito das pessoas em deslocamento, partimos aqui do entendimento que a palavra “migrante”, assim como apontado pelo IMDH, abarca tanto aquele que *sai* de seu país (emigrante), quanto aquele que *entra* em outro (imigrante), pois, no final, não há uma entrada e saída para a casa a qual chamamos Terra.

Posto isso, cabe-nos refletir brevemente sobre a pessoa que migra também sob a ótica de sua construção simbólica nas sociedades em que se põe em curso.

⁴ A Cáritas Internacional (Caritas Internationalis) é uma confederação de 162 organizações humanitárias da Igreja Católica que atua em mais de duzentos países em questões de vulnerabilidade social. No Brasil é uma das entidades referência na acolhida de migrantes.

⁵ O ACNUR, Alto Comissariado para Refugiados, órgão da ONU responsável pelo repasse da ajuda financeira às entidades de proteção ao refugiado no mundo.

Sayad (1998, 2000) vai apontar três fatores fundamentais que se articulam para lançar luz à esta construção da condição social do migrante intrinsecamente (como supracitado) no imaginário nacional.

A primeira delas é a ideia de “retorno”, que seria a construção simbólica em torno da provisoriedade da presença do migrante, tanto para os nacionais de destino quanto de origem. Ou seja, a figura do migrante é sempre pautada pela noção de passagem, de “um dia retornarei”, da não pertença de direito, da presença durável. Ainda que fique permanentemente no território de destino, o migrante sempre vai carregar este componente provisório em sua lida que podemos aferir tão comumente em nosso dia-a-dia ao refletirmos sobre as perguntas que nos motivam quando conhecemos um migrante: questionamos sobre sua chegada, mas, também – e sempre – sobre seu (imaginado, intentado, possível) retorno.

Assim, “não se sabe mais se [a migração] se trata de um estado provisório que se gosta de prolongar indefinidamente ou, ao contrário, se se trata de um estado mais duradouro mas que gosta de viver com um intenso sentimento de provisoriedade” (SAYAD, 1979, p.45) em que todas as partes concordam em dissimular em tempo normal.

O segundo componente apontado por Sayad na construção da condição social do migrante seria o componente “trabalho”, na busca de condições melhores de vida tanto para si, quanto para os seus que permaneceram no local de origem e que podem ser subsidiados, a exemplo, por meio de remessas e outros. Ao versar sobre este aspecto, Sayad não só reconhece que “um imigrante é essencialmente uma força de trabalho” e que, por conseguinte, um “imigrante desempregado é um paradoxo” (1998, p.55), mas busca lançar luz sobre o *trabalho* como mais que um aspecto unicamente econômico de motivação, como vimos anteriormente, mas que traduz um direcionamento simbólico e pernicioso da condição migrante somente enquanto utilidade. Ou seja, se não for para trabalhar, porque então o migrante vem ao meu lugar, ao meu país?

Afinal, um imigrante só tem razão de ser no modo provisório e com a condição de que se conforme ao que se espera dele; ele só está aqui e só tem sua razão de ser pelo trabalho e no trabalho; porque se precisa dele, enquanto se precisa dele, para aquilo que se precisa dele e lá onde se precisa dele. (Sayad, 1998, p. 55).

Sayad mesmo vai ainda elucidar exatamente sobre esta avaliação concreta entre “vantagens” e “custos” que o sujeito migrante faz antes de lançar-se em curso, a que vai chamar de “balanço contábil” (SAYAD, 1979, p.48), e que é reforçada tanto pelo país de acolhimento quanto pelo que deixou e sempre – sempre – pautada pela lógica econômica. Assim, a figura do migrante sempre estará intimamente vinculada aos custos sociais da sua presença. E não só no tocante aos custos sociais concretos em questões relativas a serviços de saúde, educação e outros, mas, também, aos custos conflituais que ele traz em si por estar inserido num espaço qualitativamente diverso do seu anterior (cultura) e que só pode ser justificável perante sua finalidade prática, sua função, seu valor capital.

O último componente apontado por Sayad na tríade da construção da condição social do migrante, seria o componente de “neutralidade política”, que age, sobretudo, no território de destino. Tal aspecto, firmado sob a lógica doméstica de presença durável e daquele que hospeda, vai dificultar toda possibilidade de envolvimento cívico do migrante, pois, como convidado, que direito dá-se à fala?

Ainda, sendo a pertença e a inclusão articuladas às ideias de cidadania e de direitos, Badiou e Sayad dialogam numa possível complementaridade conceitual, pois, enquanto o primeiro evoca uma dinâmica política ao expor os estados de exceção resultantes desta mentalidade nacional e inerente às noções e dinâmicas próprias à mobilidade, o segundo nos lembra que, antes de se por em movimento, este sujeito migrante já está fadado à deslegitimação em maior ou menor grau, em seu lugar de destino (FIGURA 2).

Este componente, de deslegitimação e estranheza, é mais que patente em nosso aparato legal recente em torno do migrante no Brasil, chamado de Estatuto do Estrangeiro. O documento, datado da época da Ditadura Militar no Brasil (1980) e, portanto, pautado fortemente pela noção de segurança nacional, foi o norteador das tratativas jurídicas sobre o migrante no país até *novembro* de 2017, data em que foi sancionada a chamada Lei Nacional de Migração resultante da pressão social movida pela sociedade civil e órgãos de proteção do poder público. Além de restringir, de modo crasso, as liberdades políticas, como a associação partidária e sindical, o Estatuto proibia, inclusive, a participação em movimentos sociais e políticos. No capítulo sobre políticas públicas versaremos mais detalhadamente sobre o assunto.

FIGURA 2 – A contradição da existência migrante no Sistema Internacional

Sayad vai apontar, ainda que, a naturalização do Estado Nacional – junto a suas narrativas e simbolismos –, e articulada por meio desta *neutralidade política* por parte do migrante, é que vai justamente reificar e cristalizar sua condição de anomalia naquele corpus social (a “exceção” de Badiou). Assim, o migrante nunca estará à parte de sua condição de diferente, nunca será participante daquilo que não lhe cabe e, o que é naturalmente expurgado, lança-se fora.

Diante ao exposto, temos então um olhar interior e exterior em torno da complexidade da migração e do ser migrante que buscam, mais que definições postas, reflexões norteadoras do conceito, uma vez que, suas redes de relacionamento, suas motivações concretas e subjetivas, sua condição dupla, flutuante e (a)política evidenciam a necessidade de ter a “humildade como atitude epistemológica” (LUSSI, 2015) no olhar sobre um fenômeno tão complexo, dinâmico e permanentemente refeito como o da migração.

1.2 Migração na atualidade: panoramas e perspectivas

Pelo quinto ano consecutivo, 2017 foi marcado pelo recorde no número de pessoas deslocadas forçadamente no mundo. Os números, divulgados pelo relatório anual *Tendências Globais 2018*, da Agência da ONU para Refugiados (ACNUR), impressionam: são 68,5 milhões de indivíduos atualmente que migram de seus países de origem no mundo, dentre os quais, 16,2 milhões foram deslocados pela primeira vez ou já viviam em situação de deslocamento e foram forçados a se deslocar uma segunda vez (ACNUR, 2018). Esta marca é o equivalente a uma pessoa se deslocando a cada dois segundos no mundo e é semelhante à população total da Tailândia⁶. Segundo o relatório, o aumento significativo e crescente a nível global se dá principalmente pelas recentes violências e violações em especial na Ásia (contra os povos rohingyans em Mianmar) e na África (a guerra do Sudão do Sul e a crise política na República Democrática do Congo). Apesar de, no desenvolvimento do relatório a América Latina ainda não configurar como palco dos fluxos mais expressivos a nível mundial (e dizemos, “ainda” pois as recentes configurações políticas na Venezuela já começam a reconfigurar novamente esta dinâmica)⁷, as migrações internacionais contemporâneas apresentam uma nova característica, distinta das observadas nas migrações dos séculos XIX e XX: a intensificação dos fluxos Sul-Sul (BAENINGER *et al*, 2018), configurada pelo movimento de pessoas entre e em direção aos países da América Latina, Caribe, África e Síria, entre outros. Também, diferentemente do observado no passado, os novos migrantes caracterizam-se não mais pela baixa renda e baixa qualificação profissional, mas há uma mescla significativa de perfis socioeconômicos e profissionais. Um aumento da complexidade e da heterogeneidade dos fluxos.

Já a nível Brasil, segundo o Atlas Temático Observatório das Migrações Internacionais, publicado recentemente pelo Núcleo de Estudos de População 'Elza Berquó (NEPO/UNICAMP, 2018), entre 2000 e 2015, foram registrados 870.926 migrantes, oriundos de diversos países do mundo, dentre os quais, 367.436 só no Estado de São Paulo. Ainda, há uma tendência crescente cada vez maior para a interiorização das migrações internacionais, notadamente no estado de São Paulo.

⁶Ver relatório *Global Trends: Forced Displacement in 2017*. ANHCR, 2017. Disponível em: < <https://www.unhcr.org/5b27be547>>. Acesso em 10 de dezembro de 2018.

⁷Para saber mais, acesse: OEA prevê 5 milhões de imigrantes venezuelanos em 2019: fluxo migratório já se equipara aos provocados por guerras como a da Síria e do Afeganistão. G1/AFP. 03 de março de 2019. Disponível em: < <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2019/03/09/oea-preve-5-milhoes-de-imigrantes-venezuelanos-em-2019.ghml>>. Acesso em 10 de março de 2019.

Já na cidade de São Paulo, foram registrados um total de 292.288 migrantes recém chegados na capital, segundo dados da Polícia Federal (2017). Destes, os bolivianos lideram o ranking com um total de 83.497 pessoas. No comparativo dos últimos 16 anos das migrações no Estado, a Bolívia também lidera o ranking: foram 96.494 bolivianos residentes registrados (FIGURA 03), 69.150 a mais que o segundo lugar, configurado pela comunidade chinesa, com 27.346 migrantes registrados.

FIGURA 03 – Imigrantes internacionais registrados no Sistema Nacional de Cadastros e Registros de Estrangeiros (SINCRe), entre 2000-2016, residentes no Estado de São Paulo, por país de nascimento

Ainda que a metrópole continue a se configurar como protagonista do fenômeno devido a concentração econômica, as tendências acima denotam a importância cada vez maior de políticas universais e efetivas pela isonomia do acesso aos direitos básicos em saúde, educação, trabalho, lazer e outros na cidade.

1.3 Migração boliviana e bolivianos em São Paulo

Se nos meados de 1900 a comunidade europeia deu o tom à padronização dos fluxos migratórios no Brasil (FAUSTO, 1991; SEYFERTH, 2007), nos séculos seguintes – sobretudo no final do século XX e início do século XXI – o país se consolidou na rota das migrações internacionais na América Latina (BAENINGER, 2012) notadamente de migração fronteiriça com os demais países do Mercosul.

Dentro deste contexto, inserem-se os migrantes oriundos da Bolívia quer, fosse por acordos bilaterais entre os países no intercâmbio cultural de profissionais e estudantes qualificados (FREITAS, 2012; SILVA, 2012); por motivos econômicos, na falta da oferta de postos de trabalho, ou por razões políticas, com as restrições ao exercício da cidadania pelo governo da bolíviano (SILVA, 1997), desde o final da década de 1950 a migração desta população têm se consolidado como a mais expressiva comunidade migrante de São Paulo. Entre 2000 e 2010, o número de bolivianos na cidade registrados pelo censo aumentou 173%, de 6.578 para 17.960. Já em 2016, os números são ainda mais expressivos, 73% dos migrantes bolivianos que adentraram no Brasil residiam na cidade de São Paulo, correspondendo aproximadamente 16,9% dos migrantes, aproximadamente 64 mil pessoas somente no referido ano. Ainda, cabe-nos observar o protagonismo latino-americano no fenômeno: das 10 nacionalidades mais presentes na capital paulista, somam-se outras duas sul-americanas: Argentina com 3,6% (cerca de 14 mil pessoas) e Peruana com 2,4%, (aproximadamente 9 mil migrantes) (IPPDH, 2016).

Isso é claro, sem contar os migrantes bolivianos indocumentados:

As estimativas sobre o real tamanho da comunidade boliviana em São Paulo apresentam uma enorme variação: o Consulado da Bolívia calcula 50 mil indocumentados, a Pastoral dos Imigrantes acredita habitem de 70 mil bolivianos indocumentados em São Paulo, sendo 35 mil só no bairro do Brás; o Ministério do Trabalho e Emprego tem uma estimativa que varia entre 10 e 30 mil indocumentados; o Ministério Público fala em 200 mil bolivianos ao todo (regulares e irregulares) o Sindicato das Costureiras fala em 80 mil trabalhadores irregulares (o que inclui famílias brasileiras e bolivianos). Consenso entre essas estimativas é o fato de S. Paulo é abrigar o maior número de imigrantes bolivianos no Brasil (Cymbalista e Xavier, 2007).

No fechamento da Cátedra Unesco Memorial da América Latina em novembro de 2016, uma ativista boliviana salientou que as audiências públicas promovidas para discussão dos direitos dos migrantes em São Paulo eram promovidas durante o horário comercial (09h00 às 18h00) não levando em conta as disparidades vividas pelo migrante no plano do trabalho, muitas vezes realizado informalmente ou em rotinas de abusos laborais como as já citadas. Tal apontamento denota uma ambiguidade na formulação e na discussão sobre estas políticas, pois, como se dá seu desenvolvimento sem uma participação representativa de todas as comunidades interessadas? Há esta preocupação? Aqui se articulam importantes ideias como mobilização social, empoderamento, cidadania, ação coletiva e diálogo, que acompanham os conceitos de Badiou, Agamben e Sayad e que justificam a conceituação da comunicação pública na busca da fundamentação e efetivação da plena democracia. Considerada como o “processo de comunicação instaurado em uma esfera pública que engloba Estado, governo e sociedade, num espaço de debate, negociação e tomada de decisões relativas à vida pública do país” (MATOS, 2009, p.49). A autora considera a comunicação pública como lugar onde se dão as trocas do que é e do que deveria ser, onde são postos os anseios e as necessidades de interesse público na busca pela transformação social. No caso dos migrantes, mais que transformar, integrar e participar com respeito máximo à sua essência, identidade e pluralidade cultural. Neste sentido, da busca pelo desenvolvimento, efetivação e promoção de direitos, o conceito de capital social também se articula na medida em que o migrante necessita ter sua presença legitimada, pois, valendo “de sua participação em grupos e redes para atingir metas e benefícios” (*Idem*, p.35) pode tomar por princípio a ação conjunta para ser ouvido. Ação conjunta presente nos princípios solidários de Honneth.

Assim, ao entender que a participação política é, não só fundamental, mas prerrogativa inerente ao próprio conceito de civismo, o entendimento sobre a participação dos migrantes bolivianos nas formulações das políticas públicas para o migrante em São Paulo, averiguando os avanços, dificuldades e limites frente à marginalização e abusos históricos desta comunidade no Brasil na busca pela consolidação de seus direitos, cristalizados na legislação sob a pressão de ações de indivíduos e grupos organizados, torna-se preciosa.

Carregando consigo o estereótipo negativo de “índios”, “pobres” e de “pouca cultura” (SILVA, 2012, 2006), os bolivianos seguem associados às situações de trabalho análogas à escravidão (amplamente difundidas na grande mídia), residindo notoriamente nos bairros do Brás, Pari, Canindé e Bom Retiro devido a concentração da força de trabalho principalmente na linha de frente das confecções paulistas (FIGURA 4). De fato, se não for para produzir e agregar, porque aceitar o diferente, aquele que vem “de fora”? Já nos lembrava Sayad.

FIGURA 4 – A boliviana Francy Apaza em oficina de costura no bairro do Bom Retiro, em São Paulo

Fonte: Foto Folha Imagem/Fernando Donasci - 20.8.2004

Além disso, vale-nos reforçar o papel em que a cultura – e suas práticas culturais, como datas sazonais, gastronomia, feiras e festas – possui e que toma formas de resistência da comunidade migrante em se fazer legítimos e presentes no novo corpo nacional:

a festa apresenta-se como uma mediação no processo de negociação de uma identidade positiva no âmbito da sociedade local, inclusive permitindo a esses imigrantes negociar outros espaços de inserção na metrópole (SILVA, 2006, p.168)

Dentre as comemorações mais importantes da comunidade estão o Carnaval, realizado em fevereiro ou março; a Festa de Alasitas (ou das miniatutas), em louvor a

Ekeko, o Deus da Abundância, realizada ao final do mês de janeiro; e as comemorações em torno da Nossa Senhora de Copacabana e da Independência da Bolívia, ambas realizadas no mês de agosto.

Outra evidência da importância da prática cultural para a comunidade são as conquistas dos bolivianos em torno de seus espaços, como a Rua Coimbra (FIGURA 5) e a Feira da Kantuta (FIGURA 6), nome de uma flor do altiplano (FIGURA 7). A primeira, declarada patrimônio dos bolivianos por meio de portaria municipal desde 2014, promulgada no governo Haddad, e a segunda, localizada no Pari, na grande São Paulo, dada como regular em 2002, na então gestão da prefeita Marta Suplicy.

FIGURA 5 – Rua Coimbra, Patrimônio boliviano em São Paulo desde 2014

Fonte: TVT São Paulo, 2014

Porém, esta conquista por espaços não acontece sem conflitos:

os que vivem nas proximidades da praça [da Kantuta] se sentem incomodados com a presença dos bolivianos naquele local, revelando uma vez mais a dificuldade que temos em lidar com a chegada do “estranho”; nesse caso, os (i)migrantes, acusados de serem portadores da desordem e da degradação urbana. (SILVA, 2006, p.167)

Ainda que conflituoso, estes “pedaços” migrantes da cidade conferem também à comunidade boliviana espaços de reconhecimento, pertença e luta: as “redes de sociabilidade” (SILVA, 2006, p. 168) tão presentes nos conceitos de associativismo civil que veremos mais à frente, principalmente no tocante ao Capital Social.

FIGURA 6 – *Feira da Kantuta, tradicional feira da comunidade boliviana no bairro do Pari, São Paulo*

Fonte: TripAdvor, 2018.

FIGURA 7 – *Flor do altiplano da Kantuta, flor que nomeia a tradicional praça boliviana em São Paulo*

Fonte: National Flower - Flowers Healthy, 2017.

Posto a relevância da comunidade boliviana em termos numéricos como maior corpo migrante da cidade, e frente suas fortes tensões sobre as questões do trabalho que enfrentam, presentes no imaginário comum (de exploração) e que perpassam a figura do migrante no geral, vale-nos refletir como se dá a mobilização por direitos

num cenário de total despolitização da figura do migrante na estrutura do estado-nação enquanto corpo não previsto e subversivo.

2. Políticas públicas e migração

Falar sobre direitos e participação cívica é dialogar inerentemente com o âmbito das políticas públicas. Porém, quando falamos sobre o sujeito migrante, não só as políticas de acesso aos direitos básicos o atinge, mas, também, as políticas de migração nacionais – que intermediam sua presença e ditarão sua legitimidade documental no corpo local do estado-nação – como as políticas públicas para os não nacionais – desenvolvidas nas localidades dos municípios e dos estados. Sendo as políticas locais palco dos desafios mais pragmáticos à vida comum dos migrantes (trabalho, saúde, educação etc), mas, estas, ditadas segundo o nível de pertença aferido pela federação (se mais facilitada e livre ou mais rígida e dura), vamos discutir tanto sobre o âmbito das políticas migratórias a nível nação, quanto local, no estado e na municipalidade, sabendo que, o que nos interessa é a clareza sobre o ordenamento geral destas políticas e sua construção como pano de fundo para as práticas cívicas migrantes.

Segundo Secchi (2015, p.01), “políticas públicas tratam do conteúdo concreto e do conteúdo simbólico de decisões políticas e do processo de construção e atuação destas decisões”.

Ainda, Farah (2015, *apud* SILVA, 2017, p.56), ao analisar a literatura especializada na terminologia das políticas públicas, vai afirmar que, embora possam existir diversos conceitos sobre o termo, podemos aferir uma convergência de elementos comuns, que seriam: (i) ação (ou omissão) do Estado, que pode ser compreendida como um curso de ação em continuidade; (ii) sendo esta orientada para consecução um objetivo, qual seja a solução de um problema; (iii) através de uma decisão/escolha entre cursos de ação alternativos – em dimensão técnica e política; (iv) que gera um impacto. Assim, de forma geral, a autora vai definir que o conceito de política pública consiste em:

Um curso de ação, escolhido pelo Estado, com o objetivo de resolver um problema público. É integrada por ações do Estado – e de atores não governamentais - derivadas da autoridade legítima do Estado, com poder de se impor à sociedade. O curso de ação escolhido é influenciado por ideias, valores e pela disputa entre diferentes atores e

grupos e se baseia em conhecimento técnico e em outras formas de saber. (*idem*)

Desta afirmação de Farah, podemos inferir e ressaltar que uma política pública não se pode definir com uma ideia única e um ator sozinho, mas parte de um processo estimulado por diversos atores e ideias na busca de uma resolução comum a um problema comum a todos.

Quando falamos em políticas migratórias, a própria afirmação de Farah também evoca o sentido pejorativo que as migrações tomam no âmbito dos Estados-nação e no senso comum das populações: a migração é um *problema* comum a todos e, portanto, deve ser também tratada no âmbito político-legal das políticas públicas.

Assim, as políticas migratórias vão tratar, em sua essência, da regulação e regulamentação dos fluxos de cidadãos dentro do seu espaço geográfico – ditando quem poderá ou não “entrar” e “sair” – quanto da acolhida e da liberdade de permanência deste migrante no espaço nacional. Ou seja, “são as políticas que fazem de uma pessoa um cidadão pleno, com seus direitos e deveres, e de outra pessoa um indesejado que não possui tais direitos e, conseqüentemente, tampouco deveres” (TARGIONE, 2017, p.02).

Ainda que não sejam uma invenção moderna, as políticas migratórias tiveram seu desenvolvimento – e problemáticas – na modernidade. Tendo como semente os tratados advindos da reforma protestante do século XVI, e que dividiu a Alemanha entre católicos e protestantes, surge então o tratado chamado de *ius reformandi*, que rezava o direito de se deslocar para outras terras a quem quisesse praticar uma religião diferente do então monarca Carlos V (TARGIONE, 2017, p. 03). Junto a este tratado, quase um século depois, somou-se o tratado de Osnabruque (cujo documento orientou a paz de Westfalia que cessou posteriormente a guerra dos trinta anos), que garantia e ratificava o direito de emigrar a quem praticasse uma religião diferente.

Porém, é justamente deste direito de “sair”, que encontram-se as raízes do que chamamos hoje de políticas migratórias e dos países receptores de migrantes – hoje, a nível global em maior ou menor grau.

Isto não por causa daquilo que neles foi escrito, mas devido àquilo que foi deixado de escrever, pois ninguém pensou, no momento em que estava sendo regulamentado o *ius emigrandi* que seria interessante regulamentar também o *ius immigrandi*. Os soberanos eram obrigados a aceitar a decisão dos súditos que queriam sair dos seus territórios,

mas não eram obrigados a aceitar a chegada dos súditos que abandonavam os territórios dos outros: neste exato momento o mundo no qual vivemos hoje tinha sido criado. (TARGIONE, 2017, p.03)

O caso descrito por Targione transcreve a mesma problemática que vemos hoje de forma patente na linguagem pelo termo que chamamos a pessoa que se desloca (e que tratamos no Capítulo 01) sobre o conceito de migrante, imigrante e emigrante. Do mesmo modo, esta problemática entre origem e destino – ou, ainda, *entrada e saída* – reflete o mesmo problema enfrentado em nossa Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), o mais moderno documento que define os direitos humanos fundamentais, datado de 1948:

Todo ser humano tem direito à liberdade de movimento e residência dentro das fronteiras de cada Estado. Todo ser humano tem o direito de *deixar* qualquer país, inclusive o próprio, e a este regressar. (DUDH, Art. 13)

Ou seja, a Declaração, assim como os tratados, prevê uma saída e uma mobilidade protegida interna, mas não uma entrada a esta mesma evasão.

Na continuidade deste pensamento, a criação da figura do cidadão pleno e abstrato pela Revolução Francesa, ainda que um avanço na direção de uma isonomia da cidadania (agora não mais ligada a costumes locais e a caprichos de poderosos) vai reforçar esta noção de pertença e exclusão nas nações, pois,

Surge com isto uma questão: assim como nasce uma categoria plena, abstrata e homogênea de inclusos, ao mesmo tempo nasce, por oposição, uma mesma categoria plena, abstrata e homogênea de excluídos. Ao criar o moderno cidadão, a revolução francesa cria o moderno estrangeiro, definido em negativo como extremo à comunidade nacional. [...] O problema principal desta lógica, que ainda hoje é a que rege o princípio da cidadania, é que os cidadãos das democracias liberais, como tais, têm direitos e ao mesmo tempo têm deveres. Eis portanto que surge uma questão política: se o Estado moderno pretende dos seus cidadãos obediência total e lealdade plena, como ele poderia em troca oferecer os mesmos direitos que oferece a todos, cidadãos ou não cidadãos imigrados? Dar importância à cidadania significa, portanto, criar um sistema de circuitos

redistributivos que privilegiem os cidadãos em detrimento dos estrangeiros. (TARGIONE, 2017, p.05)

Ainda que soem distantes, tais concepções sobre a mobilidade construídas e constituídas em momentos históricos distintos como resposta a problemáticas daquelas sociedades, são as noções que permeiam as tratativas sobre o migrante hoje: a saída é sempre facilitada, a entrada é sempre mal vista. O estranho sempre será a anomalia não prevista, assim como preconizado por Sayad (1988, 2003), e deverá ser tratado com urgência quando de sua chegada.

No Brasil, esta percepção de urgência sobre migrações e políticas públicas, veio principalmente com a chegada do grande contingente de migrantes haitianos ao país devido à tragédia ambiental que assolou o Haiti em 2014 e que escancarou a necessidade de uma revisão das políticas brasileiras na tratativa das pessoas migrantes.

Na ocasião, as políticas sobre o migrante no Brasil ainda estava sob a tutela do Estatuto do Estrangeiro – lei nº 6.815 de 19 de agosto de 1980, promulgada no Regime Militar pelo então presidente General João Batista Figueiredo – com forte inspiração militarista e senso de segurança nacional sobre o migrante:

Art. 2º Na aplicação desta Lei atender-se-á precipuamente à segurança nacional, à organização institucional, aos interesses políticos, sócioeconômicos e culturais do Brasil, bem assim à defesa do trabalhador nacional. (BRASIL, 1980: 17533)

O Estatuto preconizava, de modo detalhado, quais garantias, direitos e prerrogativas para obtenção das licenças de ingresso no país. Ainda, também dispunha sobre a criação do Conselho Nacional de Imigração (CNIg), órgão vinculado ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), concedendo-lhe o poder de orientar as tratativas sobre a migração no Brasil. Novamente, a evidência maior do trabalho (e, implicitamente a economia) como fator legitimador do migrante no Estado-nação.

Ainda que no início dos anos 90 surgisse a primeira proposta de substituição do documento como proposta de renovação do Estatuto (com o Projeto de Lei nº1813/91, de iniciativa do Ministério da Justiça), já sob tutela e redigido à luz da nova Constituição de 1988, o documento avançou pouco e manteve o mesmo caráter de preservação da ordem nacional e do atendimento às necessidades da economia nacional (COENTRO, 2011).

Após esta tentativa, somente vinte anos depois, em 2009, é que vai surgir uma proposta qualitativa de mudança legal no âmbito das migrações no Brasil com a elaboração do Projeto de Lei nº 5.655, também proposto pelo Ministério da Justiça (MJ). Mais adaptado aos tempos atuais, o instrumento legal buscava deixar para trás o viés autoritário do Estatuto de 1980 e avançar na propositura de tratativas mais humanas sobre a mobilidade. Porém, por manter a mesma estrutura e buscar, ainda, como referência primeira o Estatuto do Estrangeiro, a lei não obteve avanço em sua promulgação (*idem*).

Somente em 2017 é que seria promulgada uma Lei de Migração (Lei nº 13.445/2017) que busca garantir, não só a universalidade dos direitos humanos ao migrante internacional que chega ao Brasil, mas também busca alcançar direitos de brasileiros que estão em outros países. Aprovada pelo então presidente Michel Temer com 20 vetos alvo de muitas críticas pela sociedade civil, os avanços obtidos com a nova lei inseriu o Brasil na vanguarda da defesa dos direitos de migrantes no mundo. A prática ainda se dá com desafios.

Apesar da terminologia “política migratória” tratar (assim como versado por Targione, 2017) de fluxos e diretrizes de entrada e de saída dos Estados-nação, Silva (2017), vai diferenciar o termo quando tratamos de políticas para migrantes já presentes no corpo nacional, principalmente no tocante à cidades acolhedoras. Assim,

não podemos falar em uma política migratória municipal, posto que a atuação aqui descrita não se vincula à gestão de fluxos de entradas e saídas ou às relações com outros Estados, mas sim a ações voltadas à garantia de direitos e acesso a serviços públicos. Trata-se, portanto, de uma política de acesso a políticas públicas para não nacionais. (SILVA, 2017, p.73)

Em São Paulo, a criação de um órgão voltado exclusivamente à população migrante deu-se em 2017 com a criação da Coordenação de Políticas para Migrantes (CPMig) dentro da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania (SMDHC) e em atendimento à Meta nº 65 do Programa de Metas Municipal no então governo do Prefeito Fernando Haddad. De iniciativa pioneira no país, a CPMig busca atuar de forma transversal, intersetorial e intersecretarial e possui como base de suas diretrizes de atuação o (i) reconhecimento da importância dos novos fluxos migratórios para a cidade de São Paulo e dos imigrantes como sujeitos de direitos; (ii) promoção e

garantia de seus direitos fundamentais; (iii) promoção da integração social e cultural mediante o intercâmbio de saberes entre as diferentes comunidades no espaço público; (iv) não-criminalização daqueles que migram e respeito ao direito de mobilidade⁸.

Embora a CPMig não se responsabilize pelo acesso direto a serviços sociais, a Coordenação busca e se responsabiliza por articular a efetivação plena deste acesso. Um caminho que envolve não somente o órgão público, como também insere-se na luta e na articulação versada por Secchi no início deste capítulo e que envolve, a partir daí, diversos outros atores e o próprio migrante.

Para a comunicação, interessa-nos não só o produto resultante deste caminho (ou seja, o conteúdo em si, aplicado na norma jurídica por meio de uma lei ou outro aparato legal documentado), mas, também, interessa-nos este processo de construção decisório no qual a ação comunicativa e interacional se coloca no cerne, desde a compreensão e identificação desta gravidade ou urgência social, até seu desenrolar e aplicação prática na vida cotidiana das sociedades. “O reconhecimento do problema, portanto, é o passo crítico para o estabelecimento da agenda, e a percepção de sua gravidade e urgência, ou sua visibilidade influenciam diretamente nesse processo” (SILVA, 2017, p. 57).

Partindo do entendimento de que, no caso da figura do migrante – estando esta intimamente ligada à construção do estado-nação (como vimos) – as políticas nacionais formam e performam as políticas internas (municipais e estaduais), e vice-versa, uma vez que a documentação e as tratativas últimas para a permanência ou não-permanência perpassam as esferas jurídicas federais, mas as lutas e pressões surgem de demandas locais, entendemos também que para este estudo, não nos importa tanto a concretização específica das demandas nas formas de lei, sejam elas a nível local ou nacional, mas, sim, o perfil de participação cívica migrante, que, segundo a teoria de Badiou, poderá propiciar – ou não – uma plena inclusão social dentro de um estado-nação que não o prevê e nem o quer (Sayad, 1988). Assim, interessa-nos principalmente entender o comportamento cívico da comunidade migrante – tendo os bolivianos como o referencial das contradições apontadas por Sayad na construção social da figura do migrante.

⁸ Informações disponíveis no site da Coordenação, seção “A Coordenação”:

<http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/direitos_humanos/migrantes/coordenacao/index.php?p=156223>.

3. Capital Social

Se no início dos anos 80 as abordagens sobre as formas de associativismo civil versaram, principalmente, sobre o conceito de “movimentos sociais”, nos anos 90 sua referência fundamental passou a ser o conceito de “sociedade civil” (BORBA & SILVA, 2005). Já no início dos anos dois mil, novos olhares e representações passaram a orientar os estudiosos do tema, surgindo e sendo orientados então sob o conceito de “capital social”. Se a segunda categorização analítica (sociedade civil) buscava um avanço teórico em relação a primeira (movimentos sociais), o terceiro conceito (de capital social), surge na mesma medida, na busca de uma superação dos impasses das teorias entorno de sociedade civil. Assim, cada uma das teorias buscam responder a contextos históricos, teóricos e políticos distintos.

Borba e Silva (2005), ao realizarem justamente um balanço teórico sobre as teorias, apontam que a conceituação de movimentos sociais buscavam responder ao contexto do regime militar no qual atores organizados se “movimentavam” em oposição ao Estado, ou “‘de costas’ para ele, como sugeriram certos autores” (BORBA & SILVA, 2005, p.13). Porém, como apontam as autoras, tal abordagem negava o papel do Estado enquanto ator político, o que o conceito de sociedade civil buscou abarcar, não só explicando o contexto de oposição ao regime militar, mas a contribuição destes movimentos na transição democrática do país. Com a consolidação da democracia representativa, o desafio passou a ser justamente a arena de ações conjuntas entre sociedade civil e Estado.

Se o conceito de sociedade civil conseguiu acompanhar este movimento dos atores organizados em direção ao Estado e os efeitos implicadores para estes próprios movimentos nesta nova postura, a nova abordagem deixava como lacuna a variável “políticas públicas” central neste processo. Espaço que o conceito de capital social vai justamente buscar avançar. Assim, o mérito do capital social como nova categoria analítica

é que seu ponto de partida não é “societário”, ou, dito de outra forma, não se localiza no mundo da vida, na sociedade civil ou mesmo na esfera pública e nem mesmo “estatal”, ou seja, localizado nos aparelhos decisórios do Estado. Pelo contrário, ele é essencialmente

“relacional” pois o pressuposto fundamental da teoria do capital social de Putnam é que a densidade associativa aumenta a eficiência e eficácia das políticas públicas (BORBA & SILVA, 2005, p.14).

Não excludentes, ambas abordagens possuem como principal distinção seu grau de normatividade: enquanto o conceito de sociedade civil busca privilegiar o “deve ser” (mais normativo), o conceito de capital social privilegia o “ser” (mais descritivo). Dessa maneira, o conceito de capital social nos oferece “instrumentos mais precisos e operacionalmente úteis” para “explicar a ação do Estado (políticas públicas) levando em consideração sua interação com a comunidade e suas parcelas organizadas” (*idem*, p.16)

Pois bem, agora que lançamos luz sobre alguns aspectos mais gerais do surgimento e preocupações envoltas no conceito de capital social, vamos para algumas de suas definições gerais.

Nascida dos estudos sociológicos de Pierre Bourdieu na década de 80, o conceito de capital social tem uma vasta gama de interpretações e reinterpretações. Para o autor, o capital social é “o conjunto de recursos atuais ou potenciais que estão ligados pela posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de interconhecimento e de reconhecimento mútuo” (BOURDIEU, 1980, p.02). Em outras palavras, o que define a extensão do capital social de um determinado ator em sua rede de relacionamentos é a temporalidade (durável) e a legitimidade (reconhecimento) que goza nesta ligação.

Ainda, evidenciando os atributos individuais do capital social, Pontieux aponta que

estar socialmente inserido no grupo significa, para o indivíduo, a busca de proveitos materiais e simbólicos e, entre os membros, implica a transformação das relações contingentes (vizinhança, trabalho, parentesco, necessárias e escolhidas), envolvendo obrigações duráveis (subjetivamente acompanhadas de sentimentos de reconhecimento, respeito, amizade) ou garantidas institucionalmente. (PONTIEUX, 2006, *apud* MATOS, 2011, p. 53)

Porém, Coleman (1988) destaca o atributo coletivo do capital social ao defini-lo por sua função, ou seja, “diferentemente de outras formas de capital, o capital social é próprio da estrutura de relações entre atores e no meio de atores” (COLEMAN, 1988,

p.98), sendo um componente facilitador de ações entre os atores que, de outro modo, seriam dificultadas ou até mesmo impossibilitadas. O componente *relacional* presente nos estudos de Borba e Silva apontado acima.

Ainda, Portes (2000) vai reforçar a coletividade intrínseca do capital social ao afirmar que “para possuir capital social, um indivíduo precisa se relacionar com outros, e são estes – não o próprio – a verdadeira fonte dos seus benefícios” (PORTES, 2000, p. 139).

Neste sentido, Habermas (2003) e sua Teoria da Ação Comunicativa nos dá alguns elementos de análise centrais como forma de aferir a aceitação coletiva e o avanço do entendimento para reivindicações universais desta coletividade intrínseca às noções de capital social e de associativismo civil como um todo, que deveriam ocorrer nos seguintes critérios: 1) inteligibilidade (utilizando-se da gramática e de regras próprias); 2) verdade (sendo legítima para todos interlocutores envolvidos no processo); 3) confiabilidade (honestidade no discurso) e 4) legitimidade (com padrões de comportamento mutuamente aceitos). Obviamente, jamais firmadas nas condições ideias elencadas por Habermas, o processo comunicativo instaurado no mundo da vida – capaz de se vestir de criticidade de modo a se opor e propor alternativas às brechas do sistema (esfera da vida pautada pela lógica dura do capital) – é capaz e operar um “mecanismo de reparação”, a que o autor vai chamar “discurso”, usado para que todos envolvidos possam ter a chance da dúvida frente o conteúdo apresentado e podendo tomar três distintas formas: 1) discurso “explicativo”, onde as respostas são caracterizadas por “interpretações” e os questionamentos se dão em torno da inteligibilidade das declarações; 2) discurso “teórico”, onde as respostas são caracterizadas por “afirmações” e os questionamentos giram em torno da veracidade das afirmações dadas; 3) discurso “prático”, onde as respostas são caracterizadas por “justificativas”, onde há um questionar do contexto normativo da fala. Desta forma, as redes de relacionamento que permeiam o capital social e o conceito de migração, passam, antes, por um delicado processo comunicacional construído e firmado das relações e nas “conversações cotidianas” (HABERMAS, 2003) dos sujeitos migrantes com seus pares e seus articuladores políticos, em seus espaços comuns, que possuem confiança e sentido, como nichos da comunidade e festividades culturais.

Destarte todas estas abordagens de conceituação de capital social terem em comum aspectos como confiança, laços sociais e reconhecimento mútuo entre os

agentes, Matos (2009) vai chamar atenção para quando estes componentes são utilizados de modo a ferir o espírito coletivo e democrático a que são associados, gerando, assim, o chamado capital social negativo, observado em ações de grupos criminosos e na perpetuação da corrupção. Ou seja, o capital social negativo “diz respeito aos efeitos assimétricos das relações sociais desiguais e injustas” (MATOS, 2009, p. 161). No contexto migratório, podemos observar tais aspectos apontados por Matos (2009) no tocante as redes de tráfico humano, com vias de exploração sexual e laboral, dos agentes envolvidos no processo de mobilidade. No processo migratório, estes contextos escancaram o abuso explícito das redes de confiança.

Sayad (2000), ao apontar o “balanço contábil” realizado pelo migrante ao avaliar os custos e vantagens de se por em movimento; e Honneth (2003) ao expor a solidariedade resultante do conjunto de atores envolto num processo difícil, compactuam com as ideias de Coleman, Portes, Pontieux e Matos.

Diante do exposto e principalmente do componente relacional da abordagem associativa do capital social, torna-se evidente a estrita relação entre redes sociais e mobilidade.

Ratha e Shaw (2007) apontam como sendo sete os principais determinantes da migração Sul-Sul, dentre os quais, a disparidade de renda, as redes sociais estabelecidas e a proximidade geográfica figuram como os motivos predominantes. Para os autores, as redes sociais podem ser definidas como “contatos” já conhecidos que diminuem os custos e as incertezas que envolvem o processo migratório. Família, grupos étnicos e comunidades já estabelecidas são exemplos de redes sociais facilitadoras. Em suma, o termo redes sociais procura tratar da “circunstância de que muitos decidiam emigrar após informarem-se previamente das oportunidades (e dificuldades) com imigrantes anteriores” (TRUZZY, 2008, p.204).

Ratha e Shaw (2007) destacam ainda, sobre a influência das redes sociais no processo migratório, a frequência com que grupos de migrantes são associados a um determinado ramo de atividade no país de destino, evidenciada por exemplo com os migrantes bolivianos e a indústria têxtil, nas fábricas de costura em São Paulo.

Com as incertezas que permeiam o processo migratório, as redes sociais são fundamentais para diminuir ou atenuar processos conflitantes de adaptação, principalmente quando estes processos envolvem não só territórios geográficos

desconhecidos e distantes, mas, também, línguas e culturas díspares às da terra de origem. Seja por laços de amizade, parentesco ou, simplesmente, conterraneidade, as redes sociais atuam como facilitadoras ou potencializadoras do processo migratório ao conceder informações valiosas e “preparar o terreno”, servindo como ponte e fonte de quem pretende migrar e de quem já está onde pretende-se ir.

Truzzi (2008), ainda, vai refletir sobre o conceito de “redes migratórias” opondo-o à conceituação de “cadeias migratórias”. Utilizando-se da conceituação de Devoto (1988), o autor aponta que a definição restrita de “cadeias” contrasta com a definição mais genérica encontrada na expressão “redes migratórias”, sendo a primeira,

[...] de pelo menos outros três tipos: a) emigração por meio de mecanismos de assistência impessoais; b) emigração por meio de mecanismos semi-espontâneos, em que o processo começa incentivado por informações de parentes e de conterrâneos, ou “públicas”, mas o movimento é produto de iniciativas e de recursos de um indivíduo ou de uma família isoladamente; c) emigração por intermédio de padroni ou de outros sistemas mais difusos de mediação e clientelismo, nos quais a gestão do processo está em mãos de intermediários externos à cadeia (DEVOTO, 1988, *apud* TRUZZI, 2008, p.202).

Já Kelly (1995) define as redes sociais migratórias como

agrupamentos de indivíduos que mantêm contatos recorrentes entre si, por meio de laços ocupacionais, familiares, culturais ou afetivos. Além disso, são formações complexas que canalizam, filtram e interpretam informações, articulando significados, alocando recursos e controlando comportamentos (KELLY, 1995, *apud* TRUZZI, p.19).

Porém, independente da conceituação que se prefira tomar, é fato que as redes sociais (e porque não, associativas) formadas por migrantes aperfeiçoam o processo da mobilidade, tendo, por função social, controlar e disciplinar o processo “de acordo com as instituições sociais e com os valores culturais dominantes” (CARLEIAL, 2004, p. 02).

Quando falamos em mobilidade humana, o conceito de redes de relacionamento associados ao capital social podem tomar duas formas. A primeira, evoca os atributos individuais de Pontieux abordados por Matos (2011) no tocante a efetivação e a facilitação do processo migratório em que o agente se encontra. Ou

seja, o planejamento, o desenvolvimento e a efetivação da viagem do migrante pode ser mais segura, assertiva e confiável, tanto nos meios – burocráticos, estruturais e informacionais –, quanto nos fins – práticos – de alojamento, trabalho e vivência. A segunda, no tocante aos atributos coletivos abordados por Coleman (1988) e Portes (2000) podem ser bem menos tangíveis ao grupo, em aspectos como conhecimentos adquiridos – dos esforços, necessidades, imprevistos, males e benefícios envolvidos no processo da mobilidade.

Carleial (2004) vai chamar atenção para este aspecto ao afirmar que

o que estas redes produzem para o conjunto de seus componentes seria o capital social construído por eles e socializado justamente entre todos, pois foi produzido por este conjunto social. Nestes casos, o capital social seria aquele lucro que foi repartido, a experiência da cogestão, a apropriação dos avanços tecnológicos, dos conhecimentos desenvolvidos; etc. (CARLEIAL, 2004, p.8)

A abordagem de Carleial (2004) centra-se nos “ganhos” concretos enquanto cognição dos esforços e possibilidades do sujeito migrante, mas não para sua associação enquanto força política e associação cívica presentes nos estudos de Borba e Silva (2005) enquanto possibilidades de avanço desta visão sobre os fenômenos.

Todavia, quando nos voltamos aos benefícios coletivos adquiridos pelo capital social proporcionados pelas redes de relacionamento na questão migratória, vemos aspectos muito mais sombrios, que nos remetem ao capital social negativo observado por Matos (2009).

Tráfico humano, abusos laborais e exploração sexual são alguns aspectos recorrentes quando tratamos da questão da mobilidade relacionados com as redes de relacionamento. Segundo dados do Escritório da ONU contra Drogas e Crimes o comércio ilegal do crime organizado registrou ganhos anuais de mais de US\$ 2 trilhões em 2016 . Neste cenário, o tráfico humano configura, dentre as cinco atividades mais lucrativas, em terceiro lugar, chegando a faturar US\$ 31,6 bilhões, só perdendo para o narcotráfico (com ganhos perto dos US\$ 320 bilhões, cifra equivalente a 1% do PIB mundial) e para a falsificação de produtos (com a marca de US\$ 250 bilhões ano). As promessas de facilidade em adentrar fronteiras – cada vez mais restritas e fechadas –, de adquirir documentação, tais como passaportes, e de melhores condições de

vida, galgadas principalmente em ganhos financeiros, são propulsores do crédito firmado por quem alicia. E, quando a situação em que o ator que pretende migrar se encontra é intolerável, envolta muitas vezes em casos como perseguição política, extrema pobreza e guerra, a situação de aliciamento para exploração é intensificada e as redes de relacionamento para mobilidade podem ser vistas como o único caminho possível. É a mercantilização da esperança institucionalizada pelas redes.

Estando, pois, o migrante, fadado à neutralidade política em seu lugar de destino, desarticulado de um sentido de pertença pela não representação “natural” enquanto cidadão nacional, como podemos então, superar esta condição social de anomalia e de exceção a que se vê lançado antes mesmo de pôr-se à lida, principalmente quando suas redes de apoio e de relacionamento podem ser as mesmas à aliciá-lo?

Frente a tal questionamento, cabe-nos retomar as ideias de Badiou no tocante à inclusão e pertencimento, pois, se o reconhecimento das demandas sociais dão-se somente na recodificação dos corpos (unidades) pela mestraestrutura (Estado) quando estas mesmas demandas são apresentadas em conjunto e, portanto, com a força de múltiplas vozes, somente por meio do componente comunicativo será possível a superação desta condição solitária e invisível: a comunicação e o capital social resultante desta articulação inerentemente comunicativa como forma de superação deste estado (in)social e (a)político em que o migrante se vê lançado no espaço do Estado-nação (FIGURA 8).

FIGURA 8 – Pertencimento, inclusão e o componente comunicativo como transição e superação

Se no primeiro quadro (FIGURA 01), construído nas ideias de Badiou (1988; 2003), vimos que a unidade (indivíduo) não é, e não poderá ser, se não houver uma *conta* que a some em comparativo com suas demais unidades pares na estrutura da situação (sociedade), ora, como esta mesma *soma* (interação) poderá ocorrer senão por meio da comunicação? (FIGURA 08)

Assim, o componente comunicativo coloca-se como fator crucial, inerente e fundamental para que haja uma real possibilidade de transição e de superação de um estado de pertença para o da plena inclusão.

Ou seja, se no primeiro cenário o pertencimento dá-se por meio da mera apresentação (existência) das unidades no corpo social, onde esta mesma singularidade também pressupõe um cenário de, senão nula, um menor grau de interação entre as partes e, conseqüentemente, de menos comunicação, de mais

dispersão e, portanto, de menos poder; no segundo cenário, a inclusão dar-se-á somente por meio da representação destas unidades quando recodificadas em grupos (existência em conjunto) num cenário de maior interação entre as partes e, conseqüentemente, de mais comunicação, de mais articulação e, portanto, de mais poder dentro da metaestrutura (Estado).

Ainda, se para uma condição de pertencimento temos um cenário em que basta-se a existência na sociedade – no caso da mobilidade, os cidadãos ditos nacionais, naturalizados pelo mero nascimento dentro dos limites espaciais do Estado-nação – como fica, então, o sujeito migrante, que nem sequer pertence (se vê apresentado) em sua existência não prevista e em seu estado de perene contradição e anomalia? (FIGURA 02) O migrante coloca-se como um desafio social ao inserir-se de forma permanente naquele “vácuo” citado por Badiou (p.06), onde a articulação com seus pares é a única saída de liberdade não só para sua angústia situacional, mas para sua própria (e literal) sobrevivência em seu local de destino.

Se, assim como reforça Lussi (2015) o migrante não é vulnerável, mas a mobilidade propicia e intensifica situações de vulnerabilidade, será esta mesma condição de unidade solitária e desarticulada que reforçará e retroalimentará esta situação vulnerável que não poderá ser abarcada pelo Estado uma vez que não é prevista – a exemplo de outras questões e grupos sociais já pertencentes, tais como os idosos, os sem-teto, as pessoas portadoras de deficiências e outros.

Por isso não é só importante, mas fundamental, termos este debate sobre a mobilidade também no campo da comunicação.

4. Pesquisa: procedimentos metodológicos, resultados e interpretação

O objetivo geral deste trabalho é analisar o perfil das ações comunicativas para participação cívica da comunidade boliviana – ou sua falta – na promoção de políticas públicas para o migrante na cidade de São Paulo na perspectiva de seus líderes de modo a aferir sua plena inclusão social segundo a perspectiva badioudiana.

Como objetivos específicos resultantes do desdobramento deste objetivo geral, elencamos:

- ▶ Verificar como se dá o perfil cívico da comunidade boliviana em São Paulo na promoção de políticas públicas para o migrante pela visão de seus líderes e a consonância desta percepção pelo poder público e pelas organizações civis de acolhida ao migrante.
- ▶ Analisar se as teorias de capital social estão pertinentes ao objeto de estudo de modo a analisar sua contribuição para a transição entre as esferas de pertencimento e inclusão presentes nos estudos de Badiou (2003; 1988, *apud* Agamben, 2007).
- ▶ Examinar dados relevantes quanto aos fluxos, dispositivos e entraves na participação cívica dos bolivianos para a plena inclusão do migrante em São Paulo.

Assim, observam-se esses objetivos por meio das seguintes questões de pesquisa do estudo:

- ▶ Quais as principais ações comunicativas (entraves, dispositivos e vias facilitadoras) da mobilização da comunidade boliviana na formulação das políticas públicas para o migrante em São Paulo? Há este movimento?
- ▶ Como é o perfil de participação cívica da comunidade boliviana na cidade de São Paulo?
- ▶ Como esta movimentação por direitos no campo da migração dialoga dentro do campo da comunicação pública e das conceituações de capital social de modo a propiciar uma real inclusão do migrante dentro do Estado-nação segundo a ótica de Badiou (2003; 1988, *apud* Agamben, 2007)?

4.1. Metodologia de pesquisa

Para o presente estudo, escolheu-se dentre os três possíveis tipos de estudo, exploratório, descritivo e de casualidade (SELLTIZ *et al*, 1975) o primeiro: exploratório. A escolha deu-se pois pretende-se, por meio da fala dos entrevistados, aferir e familiarizar-se com o fenômeno que está sendo investigado (no caso, a participação cívica boliviana para entendimento de sua inclusão na sociedade paulistana), de modo que pesquisas subsequentes possam ser concebidas com uma maior compreensão, entendimento e precisão de modo a avançar e acompanhar o fenômeno (dinâmico, complexo e plural).

Assim, a presente pesquisa foi estruturada entre revisão bibliográfica e pesquisa qualitativa por meio da qual foram exploradas as percepções de organizações e atores pré-estabelecidos com intuito de cumprirem-se os objetivos propostos (QUADRO 01).

A escolha das organizações foi norteadas pelas relações firmadas pela autora dentro do desenvolvimento do projeto PROMIGRA – Projeto de Promoção de Direitos de Migrantes, extensão universitária vinculada à Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (FDUSP) e que atua interdisciplinarmente desde 2017 nas frentes de Atendimento, Saúde, Advocacy, Acadêmico e Comunicação.

QUADRO 01 – Mapa de Análise

MAPA	Objetivo geral	Objetivo específico	Questões de Pesquisa a serem respondidas	Categorias	Códigos	Referencial teórico	Questões bolivianas	Questões poder público
<p>O que? Ações comunicativas</p> <p>Quem? Da comunidade boliviana</p> <p>Para quê? Analisar sua plena inclusão social como migrante (Badiou, 1988) Onde? Na cidade de São Paulo</p> <p>Como? Entrevistas com líderes bolivianos</p>	<p>Analisar o perfil das ações comunicativas para participação cívica da comunidade boliviana – ou sua falta – na promoção de políticas públicas para o migrante na cidade de São Paulo na perspectiva de seus líderes de modo a afetir sua plena inclusão social segundo a perspectiva badioudiana.</p>	<p>*Verificar como se dá o comportamento cívico da comunidade boliviana em São Paulo (ou sua ausência) na promoção de políticas públicas para o migrante pela visão de seus líderes e a consonância desta percepção pelo poder público e pelas organizações civis de acolhida ao migrante.</p>	<p>*Como é o perfil de participação cívica da comunidade boliviana na cidade de São Paulo?</p>	<p>A) Participação cívica da comunidade boliviana</p>	<p>A1 – Atuação cívica; A2 – Espaços de troca e articulação; A3 – Papel da cultura; A4 – Histórico da participação cívica; A5 – Marcos de atuação cívica e A6 – Contexto político</p>	<p>*Complexidade e novo contexto das migrações (CAPUANO, 2017; WENDEN, 2016; MASSEY, 2005; BAENINGER et al, 2018)</p> <p>*A cultura migrante e as "redes de sociabilidade" (SILVA, 2006)</p>	<p>1) A comunidade boliviana em São Paulo se mobiliza pelos seus direitos? 2) Como se dá esta mobilização ao longo do tempo e no novo contexto migratório da metrópole? 3) Quando ela começou? 4) Há algum momento mais simbólico desta participação ou da falta dela? 5) Há alguma mudança desta participação frente aos novos fluxos migratórios para a cidade?</p>	<p>1) A comunidade boliviana em São Paulo se mobiliza pelos seus direitos? 2) Como se dá esta mobilização ao longo do tempo e no novo contexto migratório da metrópole? 3) Quando esta participação começou a ser sentida pelos órgãos públicos e civis? 4) Consegue lembrar de momento mais simbólico desta participação ou da falta dela?</p>
		<p>*Analisar se as teorias de capital social estão pertinentes ao objeto de estudo de modo a analisar sua contribuição para a transição entre as esferas de pertencimento e inclusão presentes nos estudos de Badiou (2003; 1988, apud Agamben, 2007).</p>	<p>*Como esta mobilização por direitos no campo da migração dialoga dentro do campo da comunicação pública e das conceituações de capital social de modo a propiciar uma real inclusão do migrante dentro do Estado-nação?</p>	<p>C) Condição migrante e participação cívica</p>	<p>C1 – O fator trabalho e C2 – Neutralidade política</p>	<p>*O pressuposto fundamental da teoria do capital social de Putnam é que a densidade associativa aumenta a eficiência e eficácia das políticas públicas (PUTNAM, 2000, apud, BORBA & SILVA, 2005, p. 14).</p> <p>*Inclusão e pertencimento (BADIOU, 2003; 1988, apud AGAMBEN, 2007).</p> <p>*O componente "trabalho" como legitimador do migrante e a neutralidade política (SAYAD, 2007).</p>	<p>7) Atores individuais migrantes conseguem visibilidade em ações políticas em São Paulo? 8) Como você avalia a inclusão social (documentação, trabalho, política, e social e outros - lazer, saúde) dos migrantes, e mais especificamente, dos bolivianos na cidade de São Paulo? 09) Como se dá a relação entre trabalho e atuação cívica (dele e da comunidade)? 10) O poder público e as organizações civis de migração incentivam esta participação?</p>	<p>5) Frente ao exposto na Teoria de Badiou (inclusão e pertencimento), como você vê os migrantes e, mais especificamente, os bolivianos em São Paulo?</p>
		<p>* Examinar dados relevantes quanto aos fluxos, dispositivos e entraves na participação cívica dos bolivianos para a plena inclusão do migrante em São Paulo.</p>	<p>*Quais as principais ações comunicativas (entraves e dispositivos) da mobilização da comunidade boliviana na formulação das políticas públicas para o migrante em São Paulo?</p>	<p>E) Características da comunicação</p>	<p>E1 – Canais; E2 – Entraves e desafios; E3 – Líderes e comunidade.</p>		<p>11) Como se dá a comunicação entre as lideranças bolivianas e a comunidade boliviana para as questões políticas? 12) Quais os principais canais/meios/espacos utilizados? 13) vocês aqui na cidade e no Brasil? 14) Aqui, fale sobre sua expectativa para o futuro sobre você, a comunidade e os demais migrantes.</p>	<p>6) O poder público e as organizações civis atuam como promotor desta participação cívica? Como?</p>
				<p>F) Perspectivas</p>	<p>F1 – Liberdade e conquista de direitos e F2 – Articulação em grupo e resistência</p>	<p>*Teoria da Ação Comunicativa e condições para diálogo (HABERMAS, 2003)</p>		

4.2. Entrevistados

Assim, a pesquisa qualitativa foi formada por entrevistas em profundidade baseada em um roteiro com questões semiestruturadas. Essa estrutura, segundo Duarte (2005), possibilita a comparação de respostas de diferentes entrevistados de forma estruturada e a articulação de resultados. Ainda, buscou-se uma amostra não-probabilística, não aleatória, com base nas características específicas para seleção dos entrevistados: três líderes da comunidade boliviana com um mínimo de 10 anos de vivência em São Paulo e notória participação nas questões políticas e cívicas da cidade em torno do sujeito migrante – aferidas pela incidência quantitativa e qualitativa desta participação. Ainda, também foram selecionados dois representantes do poder público e organizações civis que atuam no campo da acolhida e da promoção de políticas públicas para o migrante no município com intuito de analisar as percepções trazidas pela comunidade e realizar um paralelo entre ambas visões, dando-nos mais elementos de análise.

No caso da comunidade boliviana, logo no início das entrevistas, aferiu-se que falar de lideranças numa comunidade tão extensa poderia ser infiel a este estudo, uma vez que os grupos possuem diversos articuladores políticos (como preferem ser denominadas tais lideranças migrantes) que encaminham as demandas do grupo para o poder público e outras esferas sociais organizadas fora da comunidade e participam dos espaços consultivos para formulação das políticas públicas específicas para não nacionais. Logo, surgiu também o questionamento de como então atestar que tais lideranças (articuladores) seriam relevantes a esta pesquisa frente ao fator numérico da comunidade em São Paulo (patente – segundo as estatísticas oficiais – e previsto – segundo os números extraoficiais dos órgãos civis) e seus diversos grupos articulados.

Assim, na busca de aferir qualitativamente a legitimidade das lideranças aqui selecionadas, inseriu-se nesta pesquisa, ao final do roteiro de questões ao poder público, à organização civil de referência e também às próprias lideranças bolivianas selecionadas, também uma questão em que fora solicitado citar de uma à cinco lideranças bolivianas que sempre estão presentes como articuladoras de demandas nos espaços formais de atuação política da sociedade civil nas questões relativas à figura do migrante no município de São Paulo (tais como audiências públicas, comissões, conselhos e outros). Desta forma, pudemos aferir a relevância das

lideranças bolivianas presentes no corpus desta pesquisa ao serem citadas por todos entrevistados, bolivianos e nacionais, como lideranças referenciais no tocante à arena cívica paulistana.

Ainda, ressaltamos que mantivemos todos entrevistados de forma anônima de modo a manter a integridade de suas identidades sem expô-los frente aos dados levantados e de forma a aferir com maior confiança suas respostas. Para o perfil de líderes selecionados bolivianos, elencamos o tempo de permanência no Brasil e, para os selecionados nacionais do poder público e organizações civis, levamos em consideração o tempo de atuação na temática da mobilidade (QUADRO 02).

Quadro 02 – Perfil de lideranças selecionadas

Perfil	Idade	Tempo no Brasil/que atua com migração	Data da entrevista	Tempo de duração da entrevista	Meio
Migrante – Entrevistado 01 (ME1)	38 anos	12 anos no Brasil	23 de julho de 2019	34'63	Presencial gravada.
Migrante – Entrevistado 02 (ME2)	51 anos	38 anos no Brasil	30 de junho de 2019	75'14	Presencial gravada.
Migrante – Entrevistado 03 (ME3)	45 anos.	25 anos no Brasil	05 de julho de 2019	95'37	Presencial gravada.
Líder poder público – Entrevistado 04 (LE4)	38 anos	Nacional, atua há 10 anos com migração	06 de julho de 2019	19'08	Telefone gravada.

(Continuação QUADRO 2)

Líder organização civil – Entrevistado 05 (LE5)	52 anos	Migrante, há 27 anos no Brasil, atua há 34 anos com migração	18 de julho de 2019	24'06	Telefone gravada.
--	------------	---	---------------------------	-------	----------------------

4.3. Categorias e códigos de análise

Para interpretação de resultados, a utilização será por meio de análise de conteúdo apontada por Duarte & Barros (2006) como imprescindível, como método de investigação de fenômenos simbólicos, para compreensão do campo comunicacional e permitindo, assim, avaliar quaisquer tipos de comunicação. Assim, entre as especificidades da análise de conteúdo (avaliação, expressão e enumeração), foi escolhida a categorial, a fim de estabelecer ligações temáticas com a literatura e referencial teórico propostos neste estudo de forma clara, objetiva, pertinente, fiel e produtiva (BARDIN, 2011).

Como categorias de análise, foram selecionadas:

A) Participação cívica: engloba a percepção geral de participação cívica da comunidade boliviana em São Paulo, sendo estruturada principalmente pelos códigos: A1 – Atuação cívica; A2 – Espaços de troca e articulação; A3 – O papel da cultura; A4 – Histórico da participação cívica; A5 – Marcos de atuação cívica e A6 – Contexto político. O Quadro 03 evidencia exemplos nas falas dos entrevistados de menções aos códigos da categoria.

QUADRO 03 – Exemplos de códigos da Categoria Participação cívica

Categorias e Códigos	Exemplos de marcação
A1 – Atuação cívica	<p>“Na minha percepção, a comunidade boliviana é bem estruturada, porque acredito que ainda conseguimos manter uma organização política – era muito forte na Bolívia, e ainda é – porque fizemos parte de agremiação, na escola, na universidade, depois, sindicatos, clubes de mães. Sempre está muito gravado, essa parte de afiliações. Então, a comunidade boliviana se organiza em coletivos culturais mais que todos e sim, lutamos por direitos, tanto é que quando tem mobilizações em São Paulo, são vários coletivos que se mobilizam, se articulam (A1)”</p>
A2 – Espaços de troca e articulação	<p>“A organização se move muito em torno dos lugares de onde nos encontramos. Na minha experiência, por exemplo, a praça Kantuta, agora, por exemplo, na rua Coimbra – onde a comunidade vai, porque vendem comida etc. É uma coisa cultural, sabemos que vamos encontrar pessoas (A2)”</p>
A3 – Papel da cultura	<p>“As nossas mobilizações acontecem através da cultura. A cultura é muito forte, está no sangue do boliviano. Então, a música, a dança têm um papel muito importante na comunidade boliviana e isso tem nos renovado e fortalecido cada vez mais (A3)”</p>
A4 – Histórico da participação cívica	<p>“A comunidade imigrante boliviana, peruana, argentina e chilena têm algo em comum, que nós somos populações nacionais muito envolvidas com a politização. Somos bem politizados. Desde pequeno, nas nossas sociedades, nas sociedades bolivianas temos uma participação dentro de colégio, vicinais,</p>

(Continuação QUADRO 3)

	no bairro onde a gente mora, porque a nossa cultura vem da comunhão coletiva (A4)”
A5 – Marcos de atuação cívica	“um momento muito simbólico para a comunidade seria quando a prefeita Marta Suplicy, do PT, cedeu essa praça para fazer a feira. Porque não sei como funcionou com a feira da liberdade, que já também consolidada, respeitada, a feira da liberdade. Vamos lá ver as coisas orientais. E aqui, houve essa conquista... (A5)”
A6 – Contexto político	“E dado o momento, o contexto político, as comunidades estão mais para dentro – tentado passar despercebidas porque claramente há aumentado a xenofobia, pela discriminação, com os discursos que se tem do presidente [Bolsonaro] (A6)”

B) Novo contexto migratório: engloba as percepções frente aos novos fluxos migratórios para a cidade e a tendência de interiorização: B1 – As mudanças sentidas e provocadas; B2 – Influência de outros migrantes. O Quadro 04 evidencia exemplos nas falas dos entrevistados de menções aos códigos da categoria.

QUADRO 04 – Exemplos de códigos da Categoria Novo Contexto Migratório

Categorias e Códigos	Exemplos de marcação
B1 – Novos fluxos migratórios	“Também com as novas chegadas e novos fluxos de refugiados e migrantes haitianos, não saberia falar se é pelos novos fluxos que tenho percebido a desmobilização política (A4)”

(Continuação QUADRO 4)

B2 – Influência de outros migrantes	“Então acredito que influência teve em ambos os ambientes, naqueles recém-chegados haitianos, venezuelanos, africanos, teve uma influência assistencial já aqui e vice versa. Nós percebemos que eles se organizaram muito rápido, então trás um <i>feedback</i> que nós também temos que nos organizar muito melhor do que nós estávamos (B2)”
--	---

C) Condição Migrante e Atuação Cívica: engloba as percepções frente as contradições presentes sobre a figura do migrante e os desafios de sua participação cívica no estado-nação: C1 – O fator trabalho e C2 – Neutralidade política. O Quadro 05 evidencia exemplos nas falas dos entrevistados de menções aos códigos da categoria.

QUADRO 05 – Exemplos de códigos da Categoria Condição Migrante e Atuação Cívica

Categorias e Códigos	Exemplos de marcação
C1 – Fator trabalho	“As reuniões na quais quase ninguém pode participar, são justamente as reuniões que o Estado promove o poder público, o município no caso, a prefeitura. Porque são horários comerciais e eles estão trabalhando, neste horário eles podem não atender e todos os demais imigrantes não podem (C1)”
C2 – Neutralidade política	“E nós, eu, sou estrangeiro, também sou originário e gringo, estrangeiro. Não tenho direito a voto, então, não tenho nada (C2)”

D) Capital social e participação cívica de migrantes: engloba as formas de associativismo migrante em prol de seus direitos, segundo os pressupostos do capital social e as redes de relacionamento, o papel

desempenhado pelo poder público e organizações civis nesta articulação cívica e a presente percepção sobre a inclusão dos bolivianos em São Paulo: D1 – Articulação em grupo; D2 – Redes de relacionamento; D3 – Capital social negativo e D4 – Inclusão boliviana. O Quadro 06 evidencia exemplos nas falas dos entrevistados de menções aos códigos da categoria.

QUADRO 06 – Exemplos de códigos da Categoria Capital Social e Participação Cívica de Migrantes

Categorias e Códigos	Exemplos de marcação
D1 – Articulação em grupo	“Muitas demandas que os indivíduos levantam estão ligadas à lei federal, mas fora isso, também, claramente o poder público, quando é uma pessoa, um indivíduo, não dá muita atenção. Dá um pouquinho mais de atenção, não muito, aos coletivos porque são mais pessoas, porque nós mobilizamos, fazemos um barulho (D1)”
D2 – Redes de relacionamento	“Em geral, as pessoas vêm porque já têm um contato aqui - familiar ou alguém que já foi feito um contato para um trabalho – já chegam no lugar que vai ter pelo menos onde dormir, vai ter comida, trabalho garantido (D2)”
D3 – Capital social negativo	“Quem chega, se não sabe aonde recorrer, não sabe a documentação que vai ter. Aí chega um contador, ele vai aproveitar, vai cobrar dinheiro, ele fica então, refém da pessoa, do comerciante (D3)”
D4 – Inclusão boliviana	“Aqui em São Paulo, acredito que a inclusão social dentro da comunidade boliviana é muito rápida, porque em geral, ninguém vem sozinho, sem conhecer ninguém (D4)”

(Continuação QUADRO 6)

D5 – Poder público e organizações civis	” Eles dão uma assistência jurídica, talvez se tenha algum problema de documentação, mas é pontual, como apoio (D5)”
--	--

E) Características da comunicação: engloba os fluxos de comunicação entre as lideranças bolivianas e a comunidade, os desafios e entraves e os meios e canais utilizados para a articulação cívica, bem como o papel desempenhado pelo poder público e pelas organizações civis neste fomento cívico: E1 – Canais; E2 – Entraves e desafios; E3 – Líderes e comunidade. O Quadro 07 evidencia exemplos nas falas dos entrevistados de menções aos códigos da categoria.

QUADRO 07– Exemplos de códigos da Categoria Características da Comunicação

Categorias e Códigos	Exemplos de marcação
E1 – Canais	“Agora estamos utilizando muito o Whatsapp, que facilita muito para nos organizarmos internamente, digamos, entre os coletivos especialmente. Mas para fazer um engajamento maior, acredito que são as redes sociais e a rádio (E1)”
E2 – Entraves e desafios	“todo o tempo as pessoas denunciavam que havia uma campanha que as rádios ilegais fazem aviões cair, então, no momento que os vizinhos se davam conta que havia alguma rádio comunitária, eles denunciavam e a polícia ia, nos multava, pegava os equipamentos. E também, claro, que são rádios de pessoas que não vivem disso. A maioria que eu conheci eram costureiros (E2)”
E3 – Líderes e comunidade	” A comunicação entre os bolivianos, nossa história, sempre foi comunitária. Os grupos se unem para poder confraternizar e nessa confraternização poder decidir o futuro da população num ambiente pequeno. No interior da Bolívia. Chegando aqui a

(Continuação QUADRO 7)

	<p>gente não tem muito tempo para essa confraternização. Ou é no momento da festa, no momento do esporte. Um momento que você pode articular essas necessidades, da coletividade boliviana. Como subsanar esses problemas. A comunicação, nesse momento, cara a cara, comunitária, é muito importante e fundamental. E é a que de verdade funciona (E3)”</p>
--	--

F) Perspectivas: apresenta de uma forma geral o panorama de expectativas para o futuro cívico dos migrantes em São Paulo: F1 – Liberdade e conquista de direitos e F2 – Articulação em grupo e resistência. O Quadro 07 evidencia exemplos nas falas dos entrevistados de menções aos códigos da categoria.

QUADRO 08 – Exemplos de códigos da Categoria Perspectivas

Categorias e Códigos	Exemplos de marcação
F1 – Liberdade e conquista de direitos	<p>“Minhas perspectivas? Escuras, muito escuras, porque onde você olha só há um retrocesso nas políticas de migração refúgio. A América Latina está vivendo uma onda conservadora com governos virando fascista. Há um discurso bem forte xenofóbico, inclusive na Bolívia (F1)”</p>
F2 – Articulação em grupo e resistência	<p>“nós bolivianos estamos num processo de descolonização muito profundo e nós, como diásporas, estamos acompanhando este processo um pouco mais devagar em relação ao que ocorre na Bolívia, mas o que eu sinto é isso. Estamos preocupados e um pouco tristes pelo que virá, mas sabemos resistir, lutar, não temos medo de sair às ruas e dar as caras. Então, acho que talvez pudesse</p>

	por uma porta para que os migrantes e outros companheiros que têm medo de lutar e pôr a cara (F2)”
--	--

4.4. Apresentação e interpretação dos principais resultados por categoria de análise

O objetivo principal deste estudo é observar o perfil de participação cívica da comunidade boliviana na cidade de São Paulo. Para tanto, observou-se como primeiro objetivo específico verificar como se dá o comportamento cívico da comunidade boliviana na promoção de políticas públicas para o migrante tendo como ponto de partida a visão de seus articuladores políticos, chamados aqui de líderes.

Para tanto, utilizaremos a categorização dos entrevistados segundo o exposto no QUADRO 02 (página 55 desta pesquisa), no qual relembramos abaixo:

- a) ME1: liderança migrante boliviana, 38 anos, há 12 anos no Brasil;
- b) ME2: liderança migrante boliviana, 51 anos, há 38 anos no Brasil;
- c) ME3: liderança migrante boliviana, 45 anos, há 25 anos no Brasil;
- d) LE4: liderança poder público, 38 anos, nacional, atua há 10 anos com migração;
- e) LE5: liderança organizações civis, 52 anos, migrante, atua há 34 anos com migração.

Ainda, a apresentação e a interpretação dos resultados apresentados abaixo foram organizados segundo as categorias de análise, já buscando trazer à luz os componentes das falas dos entrevistados que atestam e correlacionam as temáticas dos recortes.

- Categorias A e B: Participação cívica e Novo contexto migratório

A questão de pesquisa contemplada pelas respostas ao primeiro objetivo específico deste estudo é como se dá o perfil de participação cívica da comunidade boliviana em São Paulo?

Para este objetivo, buscou-se avaliar os antecedentes desta participação, sua evolução ao longo do tempo e os contextos políticos e sociais envolvidos neste perfil (Categorias A e B).

De maneira geral, todos entrevistados manifestaram de forma consonante sentir uma expressiva participação cívica da comunidade boliviana na cidade de São Paulo na busca por seus direitos e na promoção de políticas públicas: “a comunidade boliviana é bem estruturada, porque acredito que ainda conseguimos manter uma organização política – era muito forte na Bolívia, e ainda é – porque fizemos parte de agremiação, na escola, na universidade, depois, sindicatos, clubes de mães. Sempre está muito gravado, essa parte de afiliações” (ME1).

Tal fala evoca, ainda, um aspecto novo e também consensual presente nas falas de todos entrevistados bolivianos: o senso cívico do boliviano, fomentado desde a idade escolar em um ensino público que insere em sua dinâmica escolar noções de associativismo civil, com a formação de grêmios estudantis, comissões e outros: “Eu lembro que na Bolívia, na escola, a gente tinha outra situação. Uma situação política consciente e luta de direitos, no ensino básico. Da quarta série para frente. Da quarta básica para frente. Então já tinha uma organização política, brincando, mas em cada sala já tinha essa organização. E aí até intermédio, sétima e oitava já tínhamos que estar mais conscientes da situação. Lá, começava essa consciência política e luta por direitos.” (ME2) e “Desde pequeno, nas nossas sociedades, nas sociedades bolivianas temos uma participação dentro de colégio, vicinais, no bairro onde a gente mora, porque a nossa cultura vem da comunhão coletiva. Quando moramos no interior nós temos essa colaboração entre regiões, então isso se reproduz dentro da cidade de uma forma muito forte. Tanto que o nosso país, a Bolívia, lutou contra uma série de imposições desde o início de uma declaração de uma nação, sempre foi em cima da guerra, nunca foi, assim como o Brasil, liberdade ou morte, muito pacifista.” (ME3).

Este aspecto, do fomento cívico a nível da educação básica, denota a importância de uma educação de qualidade a ser adotada como política nacional dos países, que façam estabelecer em suas agendas cotidianas, debates sobre política, cidadania e direitos. Uma vez com o espírito fomentado pela legitimidade da fala dentro de seu lugar legítimo (seu país, segundo a lógica nacional), composto por seus pares por excelência, o sujeito em mobilidade, mesmo longe, poderá valer-se dos conceitos apreendidos na dinâmica política escolar para analisar de forma crítica sua

condição anômala e contraditória de migrante longe do lar para buscar meios de superação desta condição.

Tal legitimidade – primeiro de si, depois pelo outro – estão presentes nos pressupostos da Teoria do Reconhecimento de Honneth (2003). Ou seja, tento o migrante tido acesso, em seu país de origem, a uma educação básica qualitativa e crítica e, portanto, que o torne ciente de seus direitos e deveres enquanto corpo no mundo (o autorreconhecimento), talvez o senso cívico o acompanhe mesmo quando as possibilidades concretas de escolha não lhe são favoráveis ou, óbvias.

Ainda, percebe-se na fala dos três líderes um indício do impacto deste fomento cívico iniciado desde a idade escolar na Bolívia nas segundas e nas terceiras gerações de bolivianos que também se movimentam na busca por direitos, a exemplo dos pais, e que se unem para formar associações para demandas específicas ou novas.

Esta percepção é sentida também por ambos entrevistados do poder público e do representante das organizações civis (LE4 e LE5), como podemos aferir no trecho de fala do L04: “Existe uma questão geracional que eu percebi já desde 2010, 2011. Os migrantes que vieram dos primeiros fluxos, principalmente anos 80 e 90, criaram suas associações e os mais novos foram criando outras associações”.

Ainda, assim como levantado por Silva (2006), os espaços, ou “pedaços” bolivianos na cidade, são o principal palco de legitimação de presença, que, entre trocas culturais e conversações cotidianas, formam as redes e os vínculos associativos de confiança e luta política.

Estes “espaços”, notoriamente a Praça da Kantuta e a Rua Coimbra, citados por três de três lideranças bolivianas e endossados pelos dois líderes, governamental e civil, reforçam os laços culturais de pertença da comunidade, em torno de trocas realmente comunitárias, de confiança e de reconhecimento mútuo: “A organização se move muito em torno dos lugares de onde nos encontramos. Na minha experiência, por exemplo, a praça Kantuta, agora, por exemplo, na rua Coimbra – onde a comunidade vai, porque vendem comida etc. É uma coisa cultural, sabemos que vamos encontrar pessoas” (ME1) e “as organizações dos imigrantes aqui, primeiro criam um elo cultural, religioso, social ou folclórico, então, se temos uma região majoritária da cidade de La Paz, você vai ter – de diferentes regiões de La Paz – grupos humanos que têm uma afinidade não política, mas na sequência se transforma em política. Eu compadrio um elo muito forte que nós temos para aproximar as

famílias: eu batizo o seu filho, você batiza meu filho. Somos compadres. Tem uma afinidade familiar, mas na sequencia, isso pode se transformar numa afinidade política” (ME3). Por conta disso, também a conquista formal destes espaços, por meio de portarias e decretos municipais, esteve presente na fala de todos entrevistados como uma conquista relevante para a comunidade e como marcos de conquistas coletivas dos bolivianos na cidade de São Paulo:

Junto aos espaços físicos, também os espaços simbólicos, realizados pelas práticas culturais, foram destacados pelos cinco, dos cinco entrevistados – líderes bolivianos, governamental e civil – como centrais no fomento cívico da comunidade, uma vez que são espaços de trocas e convívios comuns de preservação de suas identidades e histórias “Principalmente pela questão das danças, coordenação de grupos folclóricos, que é uma coisa que veio muito da Bolívia e eles mantêm em São Paulo, especialmente organizados nas festas principais que é o dia da Bolívia” (LE4) e “As nossas mobilizações acontecem através da cultura. A cultura é muito forte, está no sangue do boliviano. Então, a música, a dança têm um papel muito importante na comunidade boliviana e isso tem nos renovado e fortalecido cada vez mais” (ME3).

Este aspecto retoma as ideias de Silva (2006) no tocante à ocupação da cidade pelos migrantes para além dos seus nichos e guetos de convivência comum entre a própria comunidade:

a festa apresenta-se como uma mediação no processo de negociação de uma identidade positiva no âmbito da sociedade local, inclusive permitindo a esses imigrantes negociar outros espaços de inserção na metrópole (SILVA, 2006, p.168)

Porém, mesmo tais espaços, e não só as formalizações excludentes da neutralidade política do sujeito migrante (como a não possibilidade de voto), em contextos políticos não favoráveis, ficam ameaçados, fragilizando também as trocas culturais que fomentam as conversações cívicas.

Neste ponto, tomamos como exemplo a fala de um dos líderes migrantes sobre as tratativas em torno da autorização de realização das festas populares migrantes nos espaços da cidade, envoltas em caprichos políticos, uma vez que ainda não foram previstas formalmente nos escopos jurídicos da municipalidade, dentro do calendário cultural oficial da cidade: “No último ano, 24 de janeiro, a gente não fez no Memorial – uma festa popular, grande, a gente fez no Parque Dom Pedro, que de

noite foi perigoso e deveria ser no Memorial da América Latina. O vereador conseguiu aquele espaço lá, que a gente sempre ficou no Memorial. Esse ano, vamos fazer em agosto no Memorial, porque é um grupo que já tem a ligação com o vereador, então conseguiu. Mas no ano passado a gente não fez também porque agora é cobrado” (ME3).

Dentro do contexto político, três em cada três líderes bolivianos citou com pesar o notório sentimento de restrição de liberdades e a perda de espaços de fala frente aos novos governos conservadores e de direita eleitos nas três esferas do poder: Jair Bolsonaro (PSL), no país; João Doria (PSDB), no estado, e Bruno Covas (PSDB), no município de São Paulo.

Junto a perda de espaços, também esteve fortemente presente na fala das três lideranças a crescente de medo na comunidade migrante frente aos crescentes discursos xenofóbicos de tais lideranças políticas que legitimam violências e violação às comunidades migrantes. O medo, a paranoia e o pessimismo presentes nos tempos líquidos e incertos de Bauman (2009).

Além disso, formam-se no imaginário dos três entrevistados, evidenciado pelas falas, também um comparativo entre um “antes” e um “depois” dos atuais governos com os governos de esquerda (Lula e Dilma), presentes no poder nacional brasileiro – e municipal (Haddad) – com recortes ideológicos sentidos fortemente pela comunidade nas tratativas sobre o migrante: “E dado o momento, o contexto político, as comunidades estão mais para dentro – tentando passar despercebidas porque claramente há aumentado a xenofobia, pela discriminação, com os discursos que se tem do presidente. [...] Para ser honesta não posso falar que teve um governo que foi fantástico com os imigrantes e refugiados. Obviamente governo do Lula e da Dilma, especialmente do Lula, foram mais interessantes” (ME3); “Agora com o Covas também, nem sei como está a coordenação de políticas para migrantes, se está existindo realmente – é um milagre. Acho que estão quietos para chamar atenção. Então claramente se vê um antes e um depois. O discurso do atual presidente também incentiva que as pessoas deixem brotar a xenofobia que têm. E várias colocações que ele fez sobre migrantes e refugiados – inclusive aos migrantes bolivianos mesmo. É complicado isso, então, estamos em momento de retrocessos na política para todo mundo, para imigrantes e refugiados nem se fala. Agora mesmo você viu que saiu a portaria para a deportação de imigrantes? Pelo tema do jornalista do Intercept que afeta todo mundo, então há claramente um antes e depois” (ME2) e “Ultimamente,

estávamos muito preocupados com essa situação da direita tomar o poder no Brasil. Porque estava um governo de esquerda, dando mais liberdade. Em São Paulo, que era de esquerda, o Haddad. Teve um plano diretor, projeto sociocultural, social na cidade de São Paulo sobre como dividir melhor o transporte, supermercado como funciona, os centros culturais como funcionam. Estava lindo. Como tocar piano. Lindo de ver. Então vamos fazer parte dessa história. Mas entra outra política, o PSDB, daí não tem mais, agora acabou” (ME1).

Ainda, sobre o perfil para ação política dos migrantes da comunidade boliviana, foi trazido nas falas de um dos líderes da comunidade e da liderança das organizações civis que um dos fortes motivadores que agem na união da comunidade em torno de uma causa é a comoção: “O ser humano tem a característica de só agir quando existe um problema direto, lamentavelmente. Isso também aconteceu com a sociedade boliviana que só se organizou quando aconteceram problemas diretos de violência. Acredito que o divisor de águas desse sentimento político, politizado, da nossa comunidade, foi a morte do menino Brayan que chegou a comover toda população brasileira, mas trouxe à tona que a violência estava sendo muito explícita dentro das famílias e dos negócios dos imigrantes bolivianos. Isso gerou uma união, sem partido político, mas uma união natural. Tinha que se agir” (ME3) e “quando mataram a criança Brayan, então levantou toda a questão da violência, dos assaltos nas casas de bolivianos [...] então foi feita uma caminhada, uma votação, acho que este foi outro grande momento” (LE5).

Ambos entrevistados citam o caso do menino Brayan Yanarico Capcha, de 05 anos, morto a tiros em 2013 quando assaltantes invadiram e assaltaram a casa em que morava com os pais e os tios em São Mateus, zona leste de São Paulo.

O caso, que criou uma rede de solidariedade e comoção em todo Brasil, de migrantes e nacionais, principalmente da comunidade boliviana, demonstra a comoção social e coletiva suscitada por Honneth (2003) – no tocante ao gatilho motivador para o reconhecimento:

um acontecimento coletivo capaz de fundar relações espontâneas de interesse solidário para além dos limites sociais (...) Na experiência partilhada de grandes fardos e privações, origina-se uma nova estrutura de valores que permite aos sujeitos estimarem-se mutuamente por realizações e capacidades que antes não tinham importância social (HONNETH, 2003, p. 209-210).

Ainda que a condição migrante por si só já seja uma situação propiciadora de vulnerabilidades (LUSSI, 2015), tal fato poderá não ser suficiente para que haja uma mobilização cívica do migrante no país de destino uma vez que passa pela escolha consciente das dificuldades – naturalizadas como comuns: “Por mais que seja análogo à escravidão, já ouvi comentários de muitas pessoas que falam que é melhor do que chegar sem nada, na rua ou então, muitas pessoas com as quais conversei consideram que “já está bom demais isso” (ME1).

Assim, tal reconhecimento, ocasionado por estas motivações sazonais de sentimento recíproco por uma causa comum a todos, ainda que pontual, é o que poderá resultar numa perene inserção da necessidade na agenda formal de demandas por políticas públicas:

O reconhecimento do problema, portanto, é o passo crítico para o estabelecimento da agenda, e a percepção de sua gravidade e urgência, ou sua visibilidade influenciam diretamente nesse processo (SILVA, 2017, p. 57).

No tocante ao histórico da participação cívica da comunidade boliviana, as evidências mais qualitativas estiveram presentes tanto nas falas dos entrevistados com maior tempo de estada no Brasil: ME2, ME3 e LE5, com respectivos 38, 25 e 27 anos no país e em atuação na comunidade migrante, quanto da ME1, com 12 anos no Brasil, que aferiu a visão de mudança frente aos novos fluxos migrantes, que intensificou a luta política pelo direito de não nacionais na cidade.

Ainda que os grupos da comunidade boliviana nas três entrevistas estiveram presentes uma perspectiva de “evolução cívica” da comunidade boliviana na cidade de São Paulo, iniciada na década de 80, com organizações coletivas principalmente organizadas em torno do esporte: “A associação de residentes bolivianos, há quase 50 anos, tinha esse cunho esportivo porque era aquilo que unia os profissionais daquela época, para nos finais de semana unirem as famílias pelo esporte, o esporte trouxe a necessidade de valorizar a cultura” (ME3); passando para questões mais voltadas às práticas culturais das festas e do folclore, já nos anos 90: “Principalmente pela questão das danças, coordenação de grupos folclóricos, que é uma coisa que veio muito da Bolívia e eles mantêm em São Paulo, especialmente organizados nas festas principais que é o dia da Bolívia” (LE5), tendo um relativo crescimento com os novos fluxos migratórios para a cidade, já na segunda dezena dos anos 2000: “nos

anos 2000, talvez junto com a esquerda, para cá. Lula, etc... começou nossa organização, havia mais liberdade, davam mais lugar. Lugar de fala para ouvir” (ME2) e “a partir de 2000 começa a ser muito mais forte essa demanda por inclusão social, com o fluxo maior [de migrantes]” (ME1).

- Categorias C e D: Condição Migrante e Atuação Cívica

A questão de pesquisa contemplada pelas respostas ao segundo objetivo específico é como esta mobilização por direitos no campo da migração dialoga dentro do campo da comunicação pública e das conceituações de capital social de modo a propiciar uma real inclusão do migrante dentro do Estado-nação? (Categorias C e D).

Para este objetivo, buscou-se avaliar principalmente os pontos ressaltados na pesquisa de Sayad (2007), sobre a construção social da figura do migrante (Categoria C).

Assim como preconiza o autor, os aspectos de trabalho e de neutralidade política foram preponderantes nas falas dos entrevistados, estando o primeiro fator citado pelos cinco, entre cinco entrevistados, e o fator de neutralidade política, citada e reforçada pelas três, entre três, lideranças bolivianas ao ressaltarem a questão do não direito ao voto por migrantes no Brasil, como podemos aferir nas seguintes falas: “A gente se mobilizando agora, cada vez mais e procurando mais os políticos mas acho que ainda não está firme. Porque tem essa coisa do voto. Uma pessoa, como pai da minha amiga brasileira, mas o pai dela é italiano está morando há 70 anos aqui morreu com a carteira de estrangeiro. Ele falou para mim assim: você é estrangeiro eu também sou. Mas por aqui, a única coisa que eu tenho aqui é que sou palmeirense. Olha só como é a história. Então, ele não teve direito de voto. Nunca ele votou, chegou da Itália, a esposa dele, portuguesa e nunca votaram. Ele com cartão de estrangeiro. E como vamos entrar no Direito?” (ME2); “agora as coisas que se mobilizam são a nível federal, às vezes é mais difícil porque não temos direito à voto, então fica um pouco mais restrito a mobilização (ME1); “aí vai atingir todo mundo [a situação política] e a gente também leva junto, então, é o mesmo barco. É a mesma situação, pior talvez. Pior um pouco. Por ser migrante e essa questão do voto pega muito” (ME3).

Ainda, a questão do voto também foi aferida pela liderança governamental, referência do poder público, ao falar: “eu lembro da campanha “Aqui vivo, aqui voto” que é uma coisa inédita no Brasil nunca houve uma reivindicação de que migrantes

pudessem votar e a comunidade sul americana teve esse destaque de defender uma PEC que propõe o voto para migrantes, principalmente em eleições municipais então é uma prova que a sociedade civil se organiza para isso” (LE4).

O fator trabalho – segundo componente da tríade composta por Sayad (2007) na construção da condição social do migrante – foi preponderante nas falas dos entrevistados, performando o entendimento e as possibilidades de atuação cívica dos migrantes bolivianos nas falas de cinco, a cada cinco entrevistados, líderes bolivianos e não bolivianos: “A comunidade se organiza muito em torno de dois eixos. Um que é o profissional, então têm varias associações de bolivianos que são muito vinculadas à questão de trabalho, pessoas que têm um trabalho em determinada categoria, por exemplo, pessoal que trabalha na feira da madrugada ou os que trabalham na costura ou os que querem ter uma cooperativa. E também as associações culturais” (LE4).

O componente trabalho, presente nos estudos de Sayad, evoca e reforça a visão da crítica de Arango (1985) sobre a visão preponderante de *homo economicus* sobre a figura do migrante, que também é rebatida pela fala dos próprios líderes entrevistados: “Muitos perguntam para o imigrante o quê ele veio fazer, o quê ele pretende fazer, quais são os problemas, mas ninguém pergunta qual foi a motivação desse imigrante, o que motivou ele. Além do econômico, que é obvio que foi um momento econômico, mas qual que era a motivação pessoal? Qual era o sentimento dele?” (ME3).

Ainda sobre o fator trabalho e participação cívica, houve no geral das falas dos três líderes bolivianos o questionamento sobre a legitimidade dos espaços deliberativos oferecidos pelo poder público devido ao impedimento de período em que são realizados tais encontros: “as reuniões nas quais quase ninguém pode participar, são justamente as reuniões que o Estado promove o poder público, o município no caso, a prefeitura. Porque são horários comerciais e eles estão trabalhando, neste horário eles podem não atender e todos os demais imigrantes não podem (ME3)”.

Porém, no tocante a participação, no geral os três também foram pragmáticos ao apontar que, ainda que em condições paupérrimas, muitas vezes análogas à escravidão, o migrante boliviano ainda poderá se associar ao coletivo na busca por direitos se assim desejar: “se a pessoa quer realmente, ele vai atrás. Vai participar. De um grupo de dança, ou participar dos eventos. Então vai se identificando mais com as atividades. São nessas festas que a pessoa pensa: nossa, tem festas, tem isso! Também quero fazer” (ME2).

Dos estudos de Capital Social de Putnam (*apud* BORBA & SILVA, 2005), Bordieu (1980), Matos (2011) e Coleman (1988), buscamos aferir um paralelo sobre o grau de participação cívica boliviana, frente à sua densidade associativa, e as ideias de inclusão e pertencimento presentes nos estudos de Badiou (2003 e 1988 *apud* AGAMBEN, 2007).

Segundo a percepção dos líderes bolivianos, a articulação e conjunto realmente gera mais ganhos reais à comunidade no direcionamento de demandas ao poder público, sejam elas pontuais ou formadoras de políticas públicas, a exemplo da fala do líder boliviano ME3: “A união faz a força. Quando você representa uma base é muito mais fácil ter essa abertura, essa receptividade, e melhor ainda: esse retorno para a sociedade”, estando a participação em grupo elencada como primordial para alcançar ganhos políticos nas políticas públicas para não nacionais na cidade de São Paulo.

Porém, outros aspectos mais pragmáticos se tornaram constitutivos das falas dos entrevistados bolivianos no tocante à articulação em grupo e seus benefícios, não só a confiança comunitária e os laços para a mobilização em grupo, como também, o fomento orçamentário das esferas de poder na manutenção dos órgãos oficiais de acolhida e tratativa do migrante em São Paulo: “O que tenho escutado e falado, do que as pessoas têm me contado, em geral quando vão como indivíduos não consegue muita coisa e com coletivos acho que também não muito. Por exemplo, na coordenação de políticas para migrantes, está bem limitada com orçamento e também bem limitada pela lei federal – o que pode e o que não pode fazer” (ME1).

Ou seja, não adianta somente a boa vontade e boa vivência da comunidade migrante para articulação interna de seus grupos se não há espaços nas esferas oficiais de poder decisórias que abarquem e acolham estes grupos e suas necessidades. Deste modo, o fomento público oficial por meio de verbas para as entidades públicas e não governamentais voltadas ao migrante e de editais com o recorte para a população migrante – sejam elas explicitamente de fomento cívico, mas também de fomentos culturais, uma vez que são os espaços de conversações cotidianas dos atores migrantes – se torna imperativo e pressuposto também para a inclusão prevista em Badiou (2003; 1988) uma vez que o único modo de se fazer representado é estar em articulação com o grupo e – como apresentado em teoria – a “angústia situacional” (BADIOU, 2003).

Faltando espaços e fomento, faltam também ocasiões de troca. Faltando ocasiões para troca, não temos confiança, verdade e os demais pressupostos presentes em Habermas (2003) para uma verdadeira construção de senso solidário e comunitário. Sem a confiança primeiro em si (o autorreconhecimento), e dos pares, não há construção identitária e reconhecimento de legitimidade (HONNETH, 2003) para articulação conjunta. Sem articulação conjunta, os migrantes estão lançados à sua própria sorte.

Quando questionados sobre o papel das organizações civis e do poder público no fomento da participação cívica migrante, os três líderes bolivianos são categóricos em apontar o explicitado na fala do líder civil: “nós incentivamos muito oferecendo espaço de maneira gratuita para as diferentes associações bolivianas se encontrarem, realizar suas reuniões, seus ensaios, suas festas. No fundo, todas as suas organizações” (LE5).

De fato, a concessão de espaços (como vimos, tão importantes e jamais sem conflitos com os nacionais), são essenciais para as trocas e as articulações em grupo dos migrantes bolivianos: “Na rua Coimbra tem vários espaços físicos, organizações da comunidade boliviana e, nos últimos anos, as reuniões vão sendo feitas lá. Antes era na Missão Paz, no CAMI, espaços de origem” (ME1). Da cultura nascem as resistências e os moldes de luta coletiva.

Porém, na percepção do líder civil (LE5), também migrante e de forte atuação da arena política migrante federal, estadual e municipal, alguns elementos de criticidade sobre o fomento do poder público estiveram presentes, mas, todos, sempre voltados para o cunho assistencialista das ações e não para o fomento cívico, como proposituras de mutirões de atendimento em saúde, mas, também, de outras necessidades específicas de cada nicho migrante, tal qual aponta a fala: “A gente precisa entrar com ações mais efetivas em nível de política e direcionadas também não para o público em geral que é o migrante em geral, mas neste caso para nacionalidades específicas que tenham necessidades específicas” (LE5).

No tocante às redes de relacionamento, raízes do Capital Social e da mobilidade humana, incidiu-se sobre a fala dos cinco entrevistados, a exemplo: “Em geral, as pessoas vêm porque já têm um contato aqui – familiar ou alguém que já foi feito um contato para um trabalho – já chegam no lugar que vai ter pelo menos onde dormir, vai ter comida, trabalho garantido” (ME1) e “Essa inclusão hoje é muito mais fácil, as redes sociais ajudam bastante” (ME3). Esta percepção também é aferida pela

visão dos líderes governamental e civil (LE4 e LE5), como podemos verificar no exemplos: “já existe uma cultura migratória muito forte na comunidade, então, dificilmente uma pessoa que vem para o Brasil ela nunca ouviu falar ou não teve um conhecido que foi. Em geral, existe muito caso de bolivianos retornados, que podem contar, repassar sua história, sua experiência, então a pessoa já chega sabendo mais ou menos como funciona: para acessar o SUS, para ter um bolsa família, para colocar o filho na escola” (LE4).

Ainda, como explicitado por Baeninger (2012) as redes de relacionamento surgem como apoio e facilitadoras da migração:

Ainda, uma terceira lógica de motivação para o ato de migrar são as chamadas “redes sociais migratórias”, presente no estudo de vários autores (BAENINGER, 2012).

Porém, Carleial (2004) vai lembrar que, ao passo que as redes surgem como esperança, será delas também que irá surgir também as raízes do Capital Social negativo apontado por Matos (2009), quando as redes – potenciais apoio – tomam corpo como redes aliciadoras e de abuso dos migrantes, presentes da fala de dois, dos três líderes bolivianos entrevistados: “Quem chega, se não sabe aonde recorrer, não sabe a documentação que vai ter. Aí chega um contador, ele vai aproveitar, vai cobrar dinheiro, ele fica então, refém da pessoa, do comerciante” (ME2) e “Por mais que seja análogo à escravidão, já ouvi comentários de muitas pessoas que falam que é melhor do que chegar sem nada, na rua ou então, muitas pessoas com as quais conversei consideram que “já está bom demais isso” (ME1) e também do líder representante do poder público (LE4): “Aquela questão de agências, que fazem aliciamento na Bolívia, recrutadores que levam para oficinas de costura, a questão de uma certa tolerância com a não assinatura de carteira, condições de subexploração de trabalho, então isso aí ainda é um dado que persiste.”

Dentro deste contexto de exploração, soma-se ainda a construção do estereótipo sobre a figura do migrante boliviano, que “carregam consigo o estereótipo negativo de “índios”, “pobres” e de “pouca cultura” (SILVA, 2012, p.96), e que também foi evidenciado nas falas de dois dos entrevistados: “muita gente se aproveitando da situação [de migrante do] boliviano, é estrangeiro e muito humilde” (ME2) e “Existe um senso comum muito preconceituoso de que bolivianos são muito passivos. Eu acredito que esse é um equívoco por conta de várias ocorrências de trabalho escravo” (LE4).

Ainda, nesta categoria, abarcam-se, ainda, as questões feitas especificamente para as lideranças do poder público e do representante das organizações civis (LE4 e LE5) sobre a percepção da plena inclusão da comunidade boliviana frente a teoria de Badiou (2003, 1988 *apud* AGAMBEN, 2007).

No tocante à inclusão, as percepções do líder civil são mais críticas que o do líder do poder público: “mas o que me parece é que a comunidade é muito já incluída em São Paulo. Você vê que bolivianos andam pela cidade, passeiam, usam os espaços públicos como os brasileiros. Têm o conhecimento sobre a possibilidade de serviço, embora o tema do acesso de migrantes especialmente da mulher aos serviços (e especialmente de saúde seja sempre um tema), mas os serviços são conhecidos, são utilizados. Eu acho que há uma inclusão, há uma inclusão. Os bolivianos têm dentro daquela noção de diáspora, a diáspora boliviana é organizada em São Paulo, eles sabem onde encontrar bolivianos, eles convivem. Há uma convivência forte da comunidade, mas ao mesmo tempo não é uma coisa de gueto, de exclusão, de distancia e segregados. Pelo contrário, há muita participação na vida da cidade, cada vez mais há crianças bolivianas estudando nas escolas. Então eu avalio como positiva a inclusão dos bolivianos” (LE4) e “Um discurso geral que eu faria seria esse: temos uma certa inclusão em algumas áreas. A cultural, não só porque têm esses espaços, essas praças, esses momentos ao longo do ano, mas é só pensar na última Copa América, aquele grupo boliviano no estádio do Maracanã ou na abertura em São Paulo, então acho que a nível cultural estão bem representados e a inclusão está acontecendo. Em nível de saúde já diminuiu bastante, tivemos algum ensaio, mas falta muito. Em nível de educação, falta ainda mais, há infelizmente um despreparo nas escolas, na maioria das escolas municipais e estaduais para lidar com este público. Validação de diplomas, mesma coisa. E em nível de trabalho, também” (LE5).

Porém, em nenhuma das falas foi explicitado alguma preocupação com as questões de associativismo civil e de participação cívica do migrante.

Esta falta de visão sobre a importância da articulação política do sujeito migrante – evidenciada na figura do boliviano – é o que pode ocasionar as evidências de desafios da articulação cívica por exemplo, na falta de fomento a canais de comunicação e formação de comunicadores e lideranças (evidenciado na Categoria de análise E).

Ainda que uma viseira “natural” (pois frente a tantos direitos básicos carecidos, como vir à mente e pleitear em primeiro lugar o direito à visibilidade, à manifestação, ao voto? Porém, sem estes últimos, operados dentro dos dispositivos jurídicos da metaestrutura (Estado-nação) por meio de políticas públicas e leis, os direitos básicos ficarão sempre lançados à margem do assistencialismo pontual e os migrantes ficarão sempre lançados à margem da invisibilidade e de terem vozes intermediárias de suas demandas, uma vez que anômalos, uma vez ilegítimos, uma vez estrangeiros.

- Categorias E e F: Características da Comunicação e Perspectivas

A questão de pesquisa contempla as respostas ao terceiro e último objetivo específico deste estudo que se atém a saber quais as principais ações comunicativas (entraves e dispositivos) da mobilização da comunidade boliviana na formulação das políticas públicas para o migrante em São Paulo (Códigos E e F).

Para os canais utilizados pela comunidade boliviana, entre seus membros e líderes, três em cada três líderes bolivianos citou as rádios, webrádios e jornais comunitários: “para fazer um engajamento maior, acredito que são as redes sociais e a rádio” (ME1); “Tem dois grupos de rádio web. No Brás e aqui no Bom Retiro. Dois grupos que devem ter uns 15 a 20 radialistas. A comunidade ouve bastante. Tem também os jornais” (ME2) e “O rádio aqui na comunidade foi o principal meio para poder organizar esses momentos de lazer onde se pode tecer soluções para qualquer tipo de problemas que nós temos. Ou, potencializar o lado positivo que estamos organizando. Eu acredito que o rádio foi o melhor articulador desses momentos. De reunião. Onde de fato, sim, pode-se falar de organização. Valorizando, no rádio, aquelas instituições que trabalham” (ME3). Porém, na fala de duas lideranças, também foram apontados desafios sobre a manutenção destes canais de rádio e webrádio como podemos ver explicitados nas falas: “Porém, a grande maioria dos radialistas é empírica. Não têm uma formação plena e comete muitos erros para divulgação e esses ruídos distorcem o conteúdo” (ME3) e “são rádios de pessoas que não vivem disso. A maioria que eu conheci eram costureiros, agora sim acho que tem alguns que conseguem viver disso, porque há mais empreendedores e micro empresas consolidadas que fazem anúncios e conseguem sustentar algumas rádios,

mas em geral antes era difícil porque a legislação é complicada né? Para regularizar uma rádio. E regularizar implica também que você tem que atender vários padrões – de estrutura e demais. E é complicado para uma rádio comunitária atender essas demandas” (ME1). Logo, a comunidade se articula frente a canais que entendem ser mais aderentes ao público migrante e seus desafios, porém, novamente, as questões estruturalizantes se apresentam não só como dificultosa, mas impeditiva para uma comunicação eficaz entre comunidade e articuladores na busca por seus direitos. Uma saída poderia ser editais de fomento específicos para a comunidade migrante no tocante a redes de comunicação, seja em formação, capacitação, estrutura ou outros. Além disso, as redes sociais, como Facebook e Whatsapp, também foram apontadas.

Ao serem questionados o porquê das rádios serem mais fortes na comunidade, os três líderes apontaram que por fatores de hábito comunitário, passado de mães e pais aos filhos na dinâmica familiar. Ainda, outros elementos somam-se a este quesito, apontado por uma das lideranças: “A internet, mesmo que para o brasileiro ou para o americano, ou para o imigrante está cheia de *fakenews* e distorções. Qualquer um pode escrever e não é qualquer um que domina um assunto. Comentários viram fatos, isso destrói qualquer tipo de organização. Então, eu acredito que a rádio é muito mais forte, a Internet ajuda a aglutinar, mas não a formar” (ME3), dando, novamente, um cunho educativo sobre as práticas cívicas bolivianas.

Por fim, duas questões finais foram inseridas no roteiro de entrevistas (gerando a categoria de análise F), em que questionou-se a percepção dos laços de solidariedade fora da comunidade e deixou-se livre para que as lideranças bolivianas explicitassem suas perspectivas para a comunidade boliviana e os migrantes no Brasil.

Quanto ao primeiro aspecto, sobre articulação em grupo e resistência, ao serem questionados com quem sentem que podem contar como migrantes, as opiniões dos líderes bolivianos se divergem entre uma visão mais pragmática: “Os consulados apoiaram bastante. O consulado boliviano, que é uma instituição, O consulado equatoriano, peruano, eles ajudaram. Apoiaram. Posso falar que temos apoio do consulado” (ME2); “Podemos contar com todos. Porque de fato, o brasileiro, o poder público, ele não é um imbecil. Ele sabe que há uma demanda muito grande [...]Eu acredito que nós, nos capacitando e criando projetos inteligentes, atuais, modernos, conseguimos mudar muitas coisas em parceria com o poder público. Na

sequência, eu acho natural a comunidade boliviana ter um primeiro vereador, participar de fato, ser eleito, poder votar. Porque hoje já na primeira geração, já conseguimos eleger um vereador, com apoio daqueles brasileiros que estejam em nosso entorno, teríamos mais um vereador, isso seria nosso próximo passo” (ME3). Este, último, além de apresentar um vislumbre de consenso entre as necessidades e desafios locais presentes nos agrupamentos humanos resultantes da migração na cidade, também vislumbra e lança luz à uma oportunidade de “furo” desta condição cíclica de não-pertença dos bolivianos e seus filhos: a esperança repousa nas terceiras gerações dos primeiros migrantes bolivianos que chegaram no Brasil, já nascidos nacionais. Já a liderança ME1, é categórica ao afirmar: “Acredito que [podemos contar] com nós mesmos. Tem pessoas que, obviamente são o fim das organizações, ONGs e demais, porém da minha experiência é muito claro que só contamos com nós mesmos” (ME1).

Quando ao segundo aspecto, sobre perspectivas para o futuro, as palavras anteriores anuviam e antecipam o resultado: pessimista.

Frente a um futuro político sem esperança para movimentos sociais migrantes, as percepções convergem entre grande temor pelo atual e breve futuro político do país (e da América Latina) com o sonho da conquista de direitos pela resistência e pela luta: “Minhas perspectivas? Escuras, muito escuras, porque onde você olha só há um retrocesso nas políticas de migração refúgio. A América Latina está vivendo uma onda conservadora com governos virando fascista. Há um discurso bem forte xenofóbico, inclusive na Bolívia, onde o presidente aprovou uma lei – a oposição está trabalhando muito nas redes sociais para as pessoas ficarem com raiva e ódio dos migrantes. Pegando comunidades, como a comunidade andina, venezuelana, colombiana. Então daqui para o futuro em médio prazo, pelo menos, é escuro. Complicado, com muito retrocesso, com muita criminalização da migração” (ME1); “A perspectiva temos que construir ainda, mas não sei é nesse governo. Nesse governo não. Só se mudar. Acho que só se mudar para outro. Que a gente consiga, conversar, receber a gente. Esse governo não recebe movimento, de luta, de trabalhador, imagina se vai receber o movimento de estrangeiro?” (ME2); “Uma tragédia. A fronteira fechou, não vai ter mais documento do Mercosul. Sempre estrutural, algo que diga: hoje, o migrante é visto como uma – como disse o Bolsonaro uma vez? Que bolivianos são um atentado para a sociedade brasileira, um perigo, um

risco – e que seja visto pela Polícia Federal dessa forma. Algo que todo mundo tem que se organizar para solucionar o problema. Fechou a fronteira, não tem mais Mercosul, o Brasil saiu do Mercosul, na hora tem que se organizar. Mataram uma família no Belém porque os bandidos entraram na casa, botaram fogo em tudo e todo mundo morreu. Uma tragédia daí organiza tudo na hora. Vem a prefeitura e fala que isso aqui não chama mais Kantuta, vai se chamar ‘Guaraná’. Isso aqui não tem mais, corta, daí organiza. Nessa hora não é afinidade, é comoção. Nessa comoção todo mundo se junta e se organiza. Todos se juntam, não tem cores, nem associações” (ME3).

5. Considerações finais

O presente trabalho teve como objetivo analisar o perfil de participação cívica da comunidade boliviana na cidade de São Paulo. Tendo na mobilização política o escape possível à sua condição de anomalia no país de destino – como preconizam conjuntamente as teorias de Badiou e de Sayad – a pessoa migrante carrega consigo não só os paradoxos temporais (do ir e do vir) e simbólicos (do ser e do estar), mas, também, as contradições das construções e dos modelos sociais que não mais comportam os tempos líquidos e atuais de Bauman.

Ao carregar o fardo de estar inserido de forma intrínseca na “angústia situacional” do vácuo da não pertença de direito, na lógica de quem hospeda e da presença durável, o migrante possui nas suas redes de relacionamento a possibilidade de superação de sua condição apolítica. Firmadas e legitimadas, como vimos, principalmente em seus espaços e práticas culturais – como a Praça da Kantuta, a Rua Coimbra, as feiras e as festividades –, as vivências cotidianas propiciam o reconhecimento de si e do outro, base para a formação de redes de solidariedade, que, por si, ocupam espaço de pilar fundamental ao capital social e seus ganhos práticos, como as mudanças e adequações nos aparatos legais e normativos e a formulação de políticas públicas específicas para a pessoa migrante.

Junto às prerrogativas ideais de superação paulatina e estrutural, com propostas de novos modelos de mundo e da vida, algumas questões pragmáticas se colocam imperativas à nossa reflexão: como construir reais espaços de liberdade e de representatividade frente aos desafios de pluralidade cultural presentes nesta

dinâmica? Como conciliar as necessidades básicas e autoatribuídas de quem decide migrar (envoltas em desafios laborais), com os desafios de uma vida plenamente cidadã, sendo que estas prerrogativas de envolvimento cívico ainda carecem de ânimo à toda sociedade? E, ainda, como, dentro de um fenômeno que abarca em si, o próprio movimento, podemos manter uma perenidade de fazeres que acompanhem os mais diversos contextos políticos, também flutuantes?

Para a última questão, um vislumbre de possibilidade de representatividade política de direito são as raízes dos migrantes que optam por permanecer, com suas terceiras e, logo, quartas, gerações, já nacionais, que poderão lançar-se à vida pública oficial na candidatura a cargos eletivos nas mais diversas esferas de poder.

Para as demais questões, o fomento de espaços de trocas comunicativas podem ser um começo de superação de diferenças.

Além disso, o incentivo à criação, ao desenvolvimento e à permanência dos meios e dos canais formais de comunicação utilizados amplamente pela comunidade boliviana – como as webrádios, rádios e jornais – na capacitação dos profissionais e voluntários autônomos, poderá surtir um positivo impacto não só na organização social e política da comunidade, como, também, chamar à participação outros migrantes que não possuem a possibilidade de ter uma intensa vivência comunitária face-a-face devido as rotinas laborais. Somente por meio do componente comunicativo que articula, propõe, questiona e pressiona, consigo e entre pares, com vias de conquistar, será possível, não só a inclusão da pessoa migrante – resvalada posteriormente no âmbito legal – mas é o que garantirá, em via primeira, a visibilidade e o reconhecimento de sua simples existência.

O desafio maior de superação é o da responsabilidade individual da empatia, da reflexão e da construção coletiva por um mundo onde possamos não só “*contar com nosotros*”, mas com todos nós.

Referências

ABBAGNANO, Nicola. Dicionário de Filosofia. Martins Fontes:2003.

AGAMBEN, G. Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.

ACNUR. Tendências Globais sobre refugiados e outras populações de interesse do ACNUR 2017. Disponível em: < <https://www.unhcr.org/global-trends-2017-media>>. Acesso em 01 de dezembro de 2018.

BADIOU, A. El ser y el acontecimiento, Buenos Aires, Manantial: 2003.

COENTRO, L. U. Políticas públicas e gestão das migrações internacionais no Brasil: Uma reflexão sobre os migrantes qualificados. Dissertação (Mestrado). Fundação Getúlio Vargas. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/8239/62090100017.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Políticas públicas Acesso em: abril/2019.

BAENINGER, R. (org). Imigração boliviana no Brasil. Campinas: Núcleo de estudos de População (Nepo), 2012. p. 109-154.

_____; et. al.. (Org.). Migrações Sul-Sul. 2ed.Campinas: Unicamp, 2018.

BAUMAN, Zygmunt. Modernidade Líquida. Tradução: Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

_____, Zygmunt, Confiança e medo na cidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.

BARDIN, L. Análise de conteúdo. Tradução Luís Antero Reto, Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2011.

BORBA, J. e SILVA, L. Sociedade civil ou capital social? Um balanço teórico. Anais do XII Congresso Brasileiro de Sociologia. GT I-A: Cidades: Transformações, Governança e Participação. Porto Alegre: 2005.

BOURDIEU, P. Le capital social - notes provisoires. Actes de la Recherche en Sciences Sociales, Paris, n.31, p.2-3, jan. 1980.

CARLEIAL, Adelita. Redes sociais entre imigrantes. Trabalho apresentado no XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, realizado em Caxambu – MG – Brasil, de 20 – 24 de Setembro de 2004.

COLEMAN, J. S. Social capital in the creation of human capital. *American Journal of Sociology*, v.94, 1988. Supplement, p.S95-S120.

DOMENECH, E. La agenda política sobre migraciones en América delSur: el caso de Argentina. In. *Revue européenne des migrations internationales*, vol. 23, nº1, 2007. p. 71-94.

DUARTE, J.; BARROS,A. (Orgs.) Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação. São Paulo: Atlas.2a ed.; 2006.

FREITAS, P. T. Bolivianos(as) por entre oficinas de costura na cidade de São Paulo: novos aspectos da dinâmica migratória no século 21. In. BAENINGER, R. (org) *Migração internacional*. Campinas: Núcleo de Estudos em Ppulação, 2013, p. 77 - 102.

HABERMAS, J. O papel da sociedade civil e da esfera pública política (VIII) em: *Direito e Democracia entre facticidade e validade* . livro II , Tempo brasileiro, Rio de Janeiro, 2003.

HONNETH, A. (2003). *Luta pelo reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais*. Rio de Janeiro: Editora 34.

KELLY, P. F. (1995), “Social and cultural capital in the urban ghetto: implications for the economic sociology of immigration”. In: PORTES, A. (org.). *The economic sociology of immigration*. Nova York, Russell Sage.

KINGDON, John W. *Agendas, Alternatives and Public Policies*. 2 ed. EUA: 2003.

SECCHI, Leonardo. *Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos*. São Paulo: Cengage Learning, 2015.

LUSSI, Carmem. Palestra apresentada na Mesa redonda “Migrações e identidades étnicas” na Faculdade de Serviço Social – 2009. Disponível em: <http://www.csem.org.br/2009/conflitos_e_vulnerabilidades_no_processo_migratorio.pdf> Programa de Estudos de Gênero, Geração e Etnia – UERJ – Rio de Janeiro, 10 de julho de 2009.

_____. *Metodologia e Teorias no Estudo das Migrações*/Jorge Durand; Carmem Lussi. Jundiaí, Paco Editorial: 2015.

MATOS, Heloiza. Capital social e comunicação: interfaces e articulações. São Paulo, Summus: 2009.

_____. MARQUES, Angela (orgs.). Comunicação e política: capital social, reconhecimento e deliberação pública. São Paulo: Summus, 2011.

TRUZZI, Oswaldo. Redes em processos migratórios* pp. 199-218 Tempo Social, revista de sociologia da USP, v. 20, n. 1.

PORTES, A. Capital Social: origens e aplicações na sociologia contemporânea. Revista Sociologia, Problemas e Práticas, n.33, 2000. P.133-58.

SOARES, Weber; LOBO, Carlos e MATOS, Ralfo. Mobilidade Espacial Dos Imigrantes Estrangeiros No Brasil - 1991/2010. REMHU - Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana, Brasília, Ano XXIII, n. 44, p. 191-205, jan./jun. 2015.

RATHA, Dilip e SHAW, Willian. Determinants of south-south migration and remittances. Washington: Word Bank, 2007.

SAYAD, A. Imigração ou os paradoxos da alteridade. São Paulo, Edusp, 1998.

_____. "O retorno: elemento constitutivo da condição do migrante". Travessia, 13 (número especial): 7-32, jan. 2000.

SELLTIZ, C. et al. Métodos de Pesquisa nas Relações Sociais. São Paulo: EDUSP, 1975.

SICILIANO, A. Luiz.. O Papel da Universalização dos Direitos Humanos e da Migração na Formação da Nova Governança GlobalSUR. Revista Internacional de Direitos Humanos / Sur – Rede Universitária de Direitos Humanos – v.1, n.1, jan.2004 – São Paulo, 2004.

SILVA, A. M. Mattos. Política pública para migrantes no município de São Paulo: análise de ações de acolhida. FVG. São Paulo: 2017. Disponível em: <<https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/19633/SILVA%2c%20Adriana%20-%20Disserta%2c%20a7%2c%20a3o%20MPGPP.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 01 de junho de 2019.

SILVA, S. Bolivianos em São Paulo. Dinâmica cultural e processos identitários. In. BAENINGER. R. (org.). Imigração boliviana no Brasil. Campinas: Núcleo de Estudos em População. 2012. p. 19-34.

SILVA, S. Bolivianos em São Paulo: entre o sonho e a realidade. Estudos Avançados 20. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v20n57/a12v2057.pdf>>. São Paulo: Nepo-Unicamp. 2006.

TARGIONI, Paolo. Políticas migratórias, biopolítica e Estado. 4o encontro Annual da Anpocs. GT 16 – Migrações internacionais, Estado, controle e Fronteiras. <https://www.anpocs.com/index.php/papers-40-encontro-2/gt-30/gt16-26/10748-politicas-migratorias-biopolitica-e-estado/file>

MASSEY, D. Pelo espaço: uma nova política da espacialidade. 5ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2015.

PÓVOA NETO, H. Barreiras físicas como dispositivos de política migratória na atualidade. In: FERREIRA, A. P. et. al. (Orgs.). A experiência migrante: entre deslocamentos e reconstruções. Rio de Janeiro: Garamond, 2010. p. 491-520.

ZAMBERLAM, Jurandir. O processo migratório no Brasil e os desafios da mobilidade humana na globalização. Porto Alegre : Pallotti, 2004. 179 p.

ZANFORLIN, S. C. A construção contemporânea do refugiado e do migrante: dos benefícios da condição de vítima à reapreensão do protagonismo. Revista Eco Pós: UFRJ. ISSN 2175-8689 – v. 16, n. 1, p. 134-146, jan./abr. Rio de Janeiro: 2013.